



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais – FAJS  
Curso de Direito

**GABRIELLA ANDRADE E ALENCAR**

**REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO:  
RELATOS DA EXPERIÊNCIA CHILENA - *VOLVER A CONFIAR***

Brasília

2013

**GABRIELLA ANDRADE E ALENCAR**

**REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO:  
RELATOS DA EXPERIÊNCIA CHILENA - *VOLVER A CONFIAR***

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
do Centro Universitário de Brasília

Orientador: Professor Edson Ferreira

Brasília

2013

ALENCAR, Gabriella Andrade e Alencar.

*Reflexões sobre a ressocialização do egresso: relatos da experiência chilena - Volver a Confiar*

90 fls.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília-UniCEUB.

Orientador: Professor Edson Ferreira

**GABIELLA ANDRADE E ALENCAR**

**REFLEXÕES SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO:  
RELATOS DA EXPERIÊNCIA CHILENA - *VOLVER A CONFIAR***

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
do Centro Universitário de Brasília

Orientador: Professor Edson Ferreira

Brasília, de de 2013.  
**Banca Examinadora**

---

**Edson Ferreira**  
**Orientador**

---

**Examinador**

---

**Examinador**

Aos meus pais, heróis diários, meus exemplos de indivíduos simples. Meu ponto de partida e de chegada, pelo abraço e pulso forte, pelo sacrifício e dedicação sempre empenhados para o meu melhor.

A minha irmã e irmão pelo engrandecimento e amadurecimento que sempre me proporcionam através de carinho.

Ao meu namorado e aos amigos pelos momentos de apoio.

A Deus por me iluminar nesta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Professor Edson Ferreira, pelo acolhimento e apoio nos momentos de tanta apreensão neste último ano, com tamanha compreensão e paciência.

A minha mãe e irmã, por presenciarem mais de perto esse trabalho, auxiliando e encaminhando para que eu pudesse desempenhar o melhor de mim. E por simplesmente, serem elas as principais causas de concretização desse trabalho.

Aos meus pais por serem meus principais incentivadores.

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então Somos companheiros.”  
(Che Guevara)

## RESUMO

A presente monografia aborda sucintamente o cenário da política de ressocialização brasileira do indivíduo encarcerado, a partir da compreensão dos conteúdos ideológicos que permeiam o imaginário social e o discurso legitimador da atividade do estado, enfatizando a estigmatização dos indivíduos criminalizados como principal elemento para a atuação das agências de controle social. Diante desse quadro, e tendo em vista a similaridade do cenário brasileiro com o Chile, faz-se uma incursão no projeto-piloto de ressocialização chilena – *Volver a confiar* –, atualmente em estudo no âmbito do Ministério da Justiça brasileiro, visto tratar-se de uma iniciativa governamental que já descortina resultados significativos em prol da ressocialização do egresso. A pesquisa revela a necessidade de que seja lançado um olhar crítico sobre os mecanismos de ressocialização existentes no País, bem como sobre o funcionamento das instâncias oficiais do sistema penal brasileiro, a fim de que seja possível avançar rumo à ressocialização do aprisionado de forma a eliminar a estigmatização que lhe é impingida em razão do encarceramento.

Palavras Chaves: ressocialização – reintegração – encarceramento – programa piloto – *Volver a Confiar*.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A PENA, O SISTEMA PENAL E A MARGINALIDADE SOCIAL .....</b>	<b>12</b>
1.1 A evolução histórica e ideológica da função da pena .....	12
1.2 Pena: conceitos doutrinários e a teoria mista da função da pena adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro. ....	18
1.3 Crítica ao poder de punir estatal .....	24
<b>2 DAS POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO .....</b>	<b>32</b>
2.1 No mundo do “dever ser” - como as políticas de ressocialização se apresentam.....	32
2.2 No mundo do ser - a utópica busca pela reinserção à sociedade.....	38
2.2.1 <i>O Sistema Prisional</i> .....	38
2.2.2 <i>Estatísticas da real política de ressocialização brasileira e conclusão acerca do cenário atual</i> .....	42
<b>3 VOLVER A CONFIAR – RELATOS DA EXPERIÊNCIA CHILENA DE RESSOCIALIZAÇÃO.....</b>	<b>48</b>
3.1 Introdução ao programa .....	48
3.2 As bases teóricas para a criação desse programa .....	49
3.2.1 <i>Conceitos básicos</i> .....	50
3.2.2 <i>Princípios orientadores do programa</i> .....	52
3.2.3 <i>Estabelecendo estratégias</i> .....	54
3.3 O pré-retorno ao convívio em sociedade .....	62
3.4 De volta ao lar .....	64
3.4.1 <i>A fase pós-cárcere</i> .....	64
3.4.2 <i>Os primeiros meses de reinserção</i> .....	66
3.4.3 <i>O meio livre e as áreas críticas do programa</i> .....	67
3.5 Gráficos ilustrativos do perfil dos participantes do programa – <i>Volver a Confiar</i> .....	75
3.6 Relatos sobre a conclusão do programa .....	82
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe-se a analisar a funcionalidade das políticas de ressocialização brasileira a partir da compreensão dos valores de cunho ideológico, pronunciados ou dissimulados, que permeiam a operação dos mecanismos de controle social. Assim, a análise tem como foco o processo de criminalização que toma forma na atividade do poder punitivo estatal e pretende, a partir do projeto-piloto – *Volver a confiar* –, identificar possibilidades de avanços no que tange à reintegração social do egresso.

A opção pela abordagem deste tema sob um enfoque que nos obriga a repensar a qualidade das políticas de ressocialização fundamenta-se na importância de que reflexões sejam feitas sobre um novo caminho para as políticas de ressocialização existentes no Brasil; o que já condiz com a preocupação sinalizada pelo governo brasileiro, na medida em que está realizando estudos sobre a mencionada experiência chilena.

À vista da questão central que norteia a pesquisa, um aspecto que demanda tratamento específico, ante sua relevância para a compreensão contextualizada da temática, refere-se às teorias científicas que delineiam a realidade social e histórica dos objetivos da pena.

Dedica-se, pois, o capítulo inaugural desta monografia à abordagem histórica e ideológica da função da pena até a consolidação do atual discurso justificador do poder punitivo do estado, fazendo-se necessária tecer crítica acerca deste poder estatal.

Nesse contexto, busca-se evidenciar, inclusive de forma ilustrativa, a existência de três fases ou momentos da pena: vingança divina, vingança privada e a pena como vingança pública; não obstante essas três fases se misturam no tempo, vez que não há divisão temporal precisa entre elas.

No segundo capítulo cuida-se efetivamente de como as políticas de ressocialização encontram-se formuladas no sistema brasileiro e a disparidade com que se colocam frente à realidade social, notadamente tomando em conta a estigmatização do egresso, sujeitos, em regra, pertencentes aos estratos subalternos da sociedade, sem qualquer condição de exercerem seus direitos de cidadão.

Por fim, com o terceiro capítulo pretende-se trazer à luz a experiência piloto do projeto de ressocialização chilena, *Volver a Confiar*, que a despeito de sua fase experimental

apresenta resultados de melhoria para a situação de ressocialização do egresso no município de *La Pintana*, no Chile.

Sugere-se, em conclusão, o aprofundamento das reflexões sobre a problemática das políticas de ressocialização brasileira, de modo a contribuir para que novos caminhos se descortinem rumo à formulação de medidas de reintegração social efetivas.

Vale, por fim, a título de informação, pontuar que projetos como o objeto deste trabalho existem em andamento no Brasil, tais como o programa “Começar de Novo” desenvolvido com a contribuição do Conselho Nacional de Justiça, que visa maiores possibilidades de obtenção de emprego para os egressos. Porém, tendo em vista o foco da presente monografia, esta ater-se-á ao Programa Chileno ora citado, *Volver a Confiar*.

# 1 A PENA, O SISTEMA PENAL E A MARGINALIDADE SOCIAL

## 1.1 A evolução histórica e ideológica da função da pena

“[...] a história das penas é, sem dúvida, mais horrenda e infamante para a humanidade do que a própria história dos delitos: porque mais cruéis e talvez mais numerosas do que as violências produzidas pelos delitos têm sido as produzidas pelas penas porque, enquanto o delito costuma ser uma violência ocasional e às vezes impulsiva e necessária, a violência imposta por meio da pena é sempre programada, consciente, organizada por muitos contra um.”

Ferrajoli – Direito e Razão <sup>1</sup>

A evolução ideológica dos objetivos da aplicação da pena foi um processo longo até o estabelecimento da “reforma do poder punitivo”. Essa reforma constitui a base da formação do atual Sistema Penitenciário brasileiro, norteador princípios e ideologias. Para entender o referido Sistema, esclarecendo seus deveres e direitos, é necessário abordar o desenvolvimento das funções da pena ao longo da história.

Todavia, antes de iniciar essa abordagem, vale ter presente o argumento expendido pelo professor Luciano Oliveira em sua obra “Não fale do Código de Hamurabi!”<sup>2</sup>. A fim de demonstrar a evolução da pena de forma mais ilustrativa possível, é de grande importância pontuar os momentos da pena com exemplos significativos. Nesse sentido, serão narrados momentos marcantes, sem se ater ao passo a passo da história e sim a pontos que se destacaram no caminhar da evolução da pena.

Passando-se para a evolução histórica propriamente dita, verifica-se, de início, a existência de “três momentos da pena”, quais sejam: o momento da pena como vingança divina, a pena como vingança privada e a pena como vingança pública; salientando, contudo, que essas três fases se misturam no tempo, não havendo uma divisão temporal precisa entre elas. Assim, depreende-se do estudo da história do Direito Penal momentos que se caracterizam pela diversidade das finalidades da pena, identificando a presença, de alguma forma, em todos esses momentos, em menor ou maior grau, da religião ou espiritualidade, conforme assevera o penalista Cezar Bitencourt.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Norberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p.

<sup>2</sup>OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: *Sua excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal 2004.

<sup>3</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 59.

Conforme os ensinamentos de Julio Fabbrini Mirabete, na fase da pena enquanto vingança divina, a penalização dos infratores pela comunidade destinava-se a satisfazer entidades divinas. Isto porque havia a crença de que os deuses se ofendiam com a desobediência da sociedade, sendo que, segundo o imaginário social, essas entidades manifestavam sua posição de contrariedade com certos comportamentos por meio de fenômenos naturais devastadores, como terremotos, enchentes, etc. Acreditava-se que a “ira” divina arrasava as plantações, afetando o sustento das famílias, bem como devastando casas e populações. Dessa forma, a sociedade acabou por aceitar as penas impostas com o receio de que houvesse uma punição maior, por parte das divindades.<sup>4</sup>

Ao ilustrar o cenário deste momento, Luis Cernicchiaro registra que nessa época os sacerdotes eram magistrados: as leis eram ditadas em nome de Deus e o legislador invocava seu nome e pedia sua inspiração para redigi-las, quando não afirmava que as recebia diretamente do Ser Supremo.<sup>5</sup>

Portanto, aqueles que cometiam um crime estavam praticando um pecado e, por essa razão, deveriam cumprir uma pena para que se “purificassem” do mal cometido e assim evitariam a ira divina que poderia afetar toda a sociedade. É exatamente nesse contexto que surge a palavra pena, conforme explicita Louis Proal, *in verbis*:

“A palavra pena, nos antigos autores gregos, tem, portanto, privativamente, uma dupla significação: compensação e expiação. Compensação no sentido da multa que se pagava pelo assassinato de um homem, e, por extensão, tinha sentido de reparação de um crime, pena expiação. Sou levado a adotar a opinião de Pictet e Pott, que fazem derivar pena da palavra *sânscrita punia*, cuja raiz é *punati* (Purificar).”<sup>6</sup>

Ainda conforme Bitencourt, as penas foram marcadas por suas atrocidades, vez que não havia limite para se desculpar com as divindades. Para manter a disciplina da igreja, era necessário responder à altura os crimes cometidos. Diante disso, os sacerdotes eram aqueles que, como servos de Deus, tinham legitimidade para ditar as penas, enquanto que os reis ou senhores feudais decidiam as penas a serem imputadas, a luz das leis divinas, utilizando-se de interpretações, na maioria das vezes, se não em sua totalidade, descabidas.<sup>7</sup>

Como exemplos de lei desse tempo de vingança divina, tem-se o código de Manu, na Índia, lei escrita em versos pelo santo eremita – Valmiki, inspirado por Brahma, o

---

<sup>4</sup>MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998a, v. 2, p. 33.

<sup>5</sup>CERNICCHIARO, Luis Vicente. *Estrutura do Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: José Busahatsky, 1976, p. 13.

<sup>6</sup>PROAL, Louis. *Le crime et la peine*. Paris: Félix Alcan, 1911.p.

<sup>7</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 60.

deus maior. Segundo João Batista de Souza Lima, nesse código houve a primeira separação de castas na Índia, que diz de uma divisão da sociedade em que os sacerdotes ocupam a casta mais elevada na hierarquia. A propósito, explicita o autor, em sua obra:

“[...]um amontoado de preceito cínicos, criado por vil casta sacerdotal, extremamente ambiciosa, egoísta, com o propósito de escravizar seres e até reis, em nome de Brahma, um deus trino, gerador de deuses incoerentes egoístas, com o propósito de escravizar [...]”<sup>8</sup>

O código ora em comento contém enunciados desse tipo: a) “os eunucos, os homens degradados, os cegos e surdos de nascimento, ou loucos, idiotas, mudos e estropiados, não são admitidos a herdar”; b) “ter pequenos cuidados com uma mulher, mandar-lhe flores e perfumes, gracejar com ela, tocar nas suas prendas corporais ou em suas vestes, sentar-se com ela no mesmo leito, são provas de amor adúltero”; c) “o filho de um brâmane com mulher de baixa categoria é *cadáver vivo*”.<sup>9</sup>

Ainda como exemplos desse momento da pena como vingança divina, Bitencourt destaca que vale citar os “Cinco Livros” no Egito, “Os livros da Cinco Penas” na China, a “Avesta” na Pérsia e o “Pentateuco” em Israel.<sup>10</sup>

Por outro lado, tomando-se em consideração as penas propriamente ditas, as inscrições do Antigo Testamento permitem constatar a existência de algumas punições fundamentadas em preceitos religiosos.

Igualmente, ainda a título de exemplo, importa trazer à memória a morte de Joana D’Arc, que foi sentenciada, pelo Bispo Pierre Cauchon, à pena de morte na fogueira, por ser considerada uma bruxa praticante de magia negra, porque ela dizia ter visões e ouvir mensagens de Deus.<sup>11</sup>

Assevera Mirabete que, por todos esses exemplos, evidencia-se que a pena, nesse momento histórico, estava diretamente associada à ideia da ira de um poder superior, divino; premissa essa que alimentou o imaginário da sociedade, perdurando por um longo período: no qual os déspotas exploravam o imaginário social, como forma de controle da população, bem como para se legitimarem no poder.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup>LIMA, João Batista de Souza. *As mais antigas normas de direito*. São Paulo: Forense, 1983, p. 33.

<sup>9</sup>MEHMERI, Adilson. *Noções básicas de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 12.

<sup>10</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 60.

<sup>11</sup>Bibliografia Joana D’arc. Disponível em: [http://www.filosofia.com.br/imagens\_lista.php?categoria=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Joana%20d%27Arc e http://arautoveritatis.com/2013/05/historia-da-morte-de-santa-joana-darc/]. Acesso em: 20/08/2013.

<sup>12</sup>MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998, v. 2, p. 33.

Em seguida veio a fase da vingança privada, na qual a pena consistia na reação direta a cada agressão cometida. Também não havia um Estado, ou sequer uma organização social de fato. Havia unicamente famílias e tribos. Portanto, não existia um controle sobre as penas cominadas.

Discorrendo sobre esse momento histórico de vingança privada, o professor Bitencourt pontua que a pena tanto poderia recair em apenas um indivíduo da tribo, quando ele praticava um mal contra a sua tribo, vindo a ser banido da mesma – seria a “perda da paz” –, bem como podia recair em toda a tribo, quando havia um conflito entre tribos, gerando um derramamento de sangue desmedido.<sup>13</sup>

Nesse contexto, Mirabete enfatiza que, na maioria das vezes, a reação nos conflitos entre tribos configurava como excessiva, afetando a tribo como um todo. Momento em que o ofendido ou seus semelhantes poderiam e se sentiam legitimados a “revidar” o mal causado.<sup>14</sup>

Ney Moura ressalta, por sua vez, que não havia limites a essa “justiça feita com as próprias mãos”, tampouco proporção entre o mal causado e o mal em retribuição. Portanto, nessa fase prevalecia o mais forte – Lei do mais forte. Assim como o interesse individual se sobrepondo ao interesse da coletividade.<sup>15</sup>

Daí destaca Mirabete que, objetivando evitar a extinção dos povos, surgiu a Lei de Talião, estabelecendo limites à aplicação das penas, de modo que os castigos e as ofensas deveriam consistir num mal idêntico ao realizado, ou seja, na mesma proporção, remetendo ao famoso brocardo: “olho por olho, dente por dente”.<sup>16</sup>

A Lei de Talião, portanto, surge como primeira forma de redução da ação de punir, pois a partir dela surge algum tipo de limitação. Ressalte-se que essa lei teve grande repercussão, haja vista que foi abordada pelo Código de Hamurábi na Babilônia, também pelo Êxodo, povo Hebreu – “Aquele que ferir, mortalmente, um homem, será morto” –, sendo estes alguns exemplos deste tipo de limitação à punição, assim como a Lei das XII Tábuas do povo romano.<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 60.

<sup>14</sup>MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998, v. 2, p. 34.

<sup>15</sup>TELES, Ney Moura. *Direito penal*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 41.

<sup>16</sup>GRECCO, Rogério. *Curso de direito penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009, p. 486, e ROSA, Fábio Bittencourt da. *Legitimação do ato de criminalizar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 26.

<sup>17</sup>MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998, v. 2, p. 34.

Dado importante, decorrente da aplicação do Direito talional, é que o vasto número de ocorrência de delitos acabou por gerar uma população substancialmente deformada, seja pelos membros amputados, seja pela perda de funções e sentidos. Essa situação deu origem à “composição”, meio pelo qual o “infrator” poderia negociar sua liberdade, se eximindo, dessa forma, do castigo drástico, conforme aduz Bitencourt.<sup>18</sup>

Em sequência, o mesmo doutrinador assevera que, com o desenrolar, surge a vingança pública, uma vez que e com o desenvolvimento e melhor organização social mostrou-se evidente a necessidade de o Estado “segurar as rédeas” da ordem social, dando origem ao momento da vingança pública, fase que culminou na reforma do poder punitivo, como adiante se verá.<sup>19</sup>

Michel Foucault assinala que na fase da vingança pública a sanção penal foi marcada por atos cruéis e desumanos, justificados por uma ideologia de identidade entre poder divino e poder político. O pensamento medieval pregava que através do teatro/espetáculo, onde as penas horrendas, chamadas de suplício, eram mostradas à sociedade, resultaria o afastamento das pessoas da criminalidade. O suplício tinha, ainda, a função de manter o poder do soberano – mostrar que o rei detinha o poder –, cujo resultado dessa demonstração de força era, de um lado, o rei triunfante, enquanto, de outro, o condenado estava “esmigalhado”.<sup>20</sup>

Nesse contexto, assevera Bitencourt: “nessa fase, o objetivo da repressão criminal é a segurança do soberano monarca pela sanção penal, que mantém as características da crueldade e da severidade, como o mesmo objetivo intimidatório.”<sup>21</sup>

De modo a elucidar este momento de vingança – o espetáculo do suplício –, Foucault narra em sua obra “Vigiar e Punir” a crueldade da pena aplicada ao senhor Demiens, homem do povo, limitando-se aqui a transcrever o estritamente necessário para ilustrar essa vingança pública, conforme segue:

“Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir persão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acessa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça da Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços e coxas e barrigas das pernas sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado

---

<sup>18</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 60.

<sup>19</sup>*Id. Ibid.*

<sup>20</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 49.

<sup>21</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 61.



se aplicação chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.”<sup>22</sup>

Foucault aduz, ainda, que neste momento o suplício se configurava como a anulação do delito causado. Seria a retribuição da prática de um crime diretamente no corpo do condenado, por meio do suplício, anulando tanto a prática do crime, quanto a própria pena aplicada. Desse modo, o suplício foi incutido de forma feroz no consciente da população, como consequência, amedrontadora, de um delito causado.<sup>23</sup>

Todavia, como bem pontua Bitencourt, com o passar do tempo o medo passou a não ser causa legitimadora do poder de punir do Estado. A perda de poder da legitimação imposta pela demonstração de força, em reação às punições atrozes que caracterizaram o direito repressivo da “era das trevas”, como ficou conhecido o momento anteriormente abordado, faz surgir durante o período Iluminista o movimento filosófico e humanitário, voltado para a reforma do poder punitivo, fundamentado na “responsabilidade individual do indivíduo”.<sup>24</sup>

Neste período, surgem grandes nomes da ciência político-criminal contra esta tradição jurídica repressiva, contribuindo para a fundamentação do Direito Penal calcada em princípios orientadores do poder punitivo.

Da nova corrente de pensamento, destaca-se o importante trabalho de Cesare Beccaria, *Dei Delitti e Delle Pene*, obra essencial ao desenvolvimento da ciência penal, especialmente no que concerne à formulação dos pressupostos para uma teoria jurídica do delito e da pena, embasados nos princípios liberais da divisão de poderes e do contrato social e na ideia de utilidade comum.<sup>25</sup> O autor não renuncia à ideia de que a prisão tem um papel punitivo e sancionador, mas já insinua o fim reformador da pena privativa de liberdade, principal aspecto a ser considerado no presente trabalho.

---

<sup>22</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 9.

<sup>23</sup>*Id. Ibid*, p. 47.

<sup>24</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral I*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 61.

<sup>25</sup>BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 33.

## 1.2 Pena: conceitos doutrinários e a teoria mista da função da pena adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

“Ah! Toda a alma num cárcere anda presa,  
Soluçando nas trevas, entre as grades  
Do calabouço olhando imensidades,  
Mares, estrelas, tardes, natureza.

Tudo se veste de uma igual grandeza  
Quando a alma entre grilhões as liberdades  
Sonha e, sonhando, as imortalidades  
Rasga no etéreo o espaço da pureza.

Ó almas presas, mudas e fechadas  
Nas prisões colossais e abandonadas,  
Da dor no calabouço, atroz funéreo!

Nesses silêncios solitários, graves,  
Que chaveiro do Céu possui as chaves  
Para abrir-vos as portas do Mistério!”

Cruz e Sousa – Cárcere das Almas<sup>26</sup>

Apresenta-se importante, em um primeiro momento, reportar-se ao conceito de pena, buscando precisar seu significado e seu conceito doutrinário, possibilitando, assim, avançar no debate e aprofundar a pesquisa.

É certo que existem vários conceitos sobre o que seria a pena. Para Franz Von Liszt, por exemplo, a pena é “um mal imposto pelo juiz penal ao delinquente, em virtude do delito, para expressar a reprovação social em relação ao ato e ao autor”. Logo, a imposição de uma pena reflete o que a sociedade “pensa” sobre o delito e qual a gravidade que lhe é imputada.<sup>27</sup>

Por sua vez, Aníbal Bruno preconiza que “pena é a sanção, consistente na privação de determinados bens jurídicos, que o Estado impõe contra a prática de um fato definido na lei como crime”, traduzindo a ideia de pena como sanção, ou seja, punição imposta pelo Estado.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup>SOUZA, Cruz e. *Cárcere das Almas*. Disponível em: [http://literatuaestudantil2m1imh.blogspot.com.br/2012/10/simbolismo-cruz-e-sousa\_21.html?m=1]. Acesso em: 10/10/2013.

<sup>27</sup>VON LISZT, Franz. *Apud* SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2002, p. 181.

<sup>28</sup>BRUNO, Aníbal. *Apud* SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Editora dos Tribunais. 2002, p. 182.

Valendo-se do que explicita de Edmund Mezger “pena é a imposição de um mal proporcional ao fato”. Aqui, percebe-se que a imposição da pena deve respeitar o princípio da proporcionalidade que, diga-se, é tutelado pela Carta Magna de 1988.<sup>29</sup>

Contudo, como afirma Miguel Reale Júnior, é impossível estabelecer uma única finalidade para a pena, bem como é inviável atribuir-lhe um único conceito, “pois diversas são as finalidades, de acordo com a perspectiva de quem olha e dos olhos de quem olha”.<sup>30</sup>

Nessa linha, com respaldo em Rogério Grecco, faz-se necessário pontuar as funções atribuídas à sanção penal. Com esse corte, as penas foram didaticamente divididas em duas grandes teorias, quais sejam: a teoria absoluta, que diz respeito principalmente a questão da retribuição, e a teoria relativa, que diz respeito à prevenção do crime para possível reincidência.<sup>31</sup>

Ao abordar a teoria absolutista, Luigi Ferrajoli faz referência a seus fundadores, destacando o papel-chave assumido por Immanuel Kant e Hegel, e ressalta que sua fundação deu-se, originalmente, segundo os conceitos de vingança divina. Dito isso, vê-se que a pena vinha como forma de restaurar a sociedade e o indivíduo do mal causado pelo delito, e que a sanção era vista como retribuição ao delito. Vale registrar que, apesar de fundada na “vingança divina”, essa teoria se perpetuou na história, estando ainda presente, e preserva a relação necessária entre culpa e punição: a pena tem fim em si mesmo, sendo ela remédio tanto para o delinqüente, quanto para a sociedade.<sup>32</sup>

Por sua vez, Claus Roxin destaca como traço da teoria absolutista o fim da pena em sua própria esfera sem que se espere resultado em qualquer outro ramo. Confira-se:

“a teoria da retribuição não encontra o sentido da pena na perspectiva de algum fim socialmente útil, senão em que mediante a imposição de um mal merecidamente se retribui, equilibra e espia a culpabilidade do autor pelo fato cometido. Se fala aqui de uma teoria ‘absoluta’ porque para ela o fim da pena é independente, ‘desvinculado’ de seu efeito social.”<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup>MEZGER, Edmund. *Apud* SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2002, p. 181.

<sup>30</sup>REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 43.

<sup>31</sup>GRECCO, Rogério. *Curso de direito penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009, p. 486, e ROSA, Fábio Bittencourt da. *Legitimação do ato de criminalizar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 489.

<sup>32</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Noberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 237.

<sup>33</sup>ROXIN, Claus. *Estudo de direito penal*. Tradução: Luís Greco. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 2008, p. 81-82.

Salienta Grecco que essa forma de compensação, entre delito e pena, é amplamente aceita pela sociedade que se contenta com o “pagamento” pelo crime cometido, pois, infelizmente, o sentimento de justiça por ela nutrido encontra-se vinculado à ideia de sofrimento do preso na lamúria do aprisionamento.<sup>34</sup>

Por sua vez, como bem coloca Bitencourt, a teoria relativa encontra a sua ideia fundamentada no caráter preventivo da pena. Enquanto a teoria anteriormente mencionada, absolutista, restringe a pena ao motivo de ter o delinquente cometido um crime, a teoria relativa da pena atribui-lhe a função de levar o delinquente a não mais delinquir.<sup>35</sup>

De outro lado, sustenta Bitencourt que a função preventiva da pena é dividida em duas: função preventiva geral e função preventiva especial; que por sua vez se encontram divididas, de igual forma – em positiva e negativa –, como visto a seguir.<sup>36</sup>

A Teoria da Prevenção Geral Negativa, conforme narra a professora Cristina Zackseski, fundamenta-se na intimidação através da pena, se configurando como a contramotivação à prática do delito e ainda como desestímulo ao possível infrator.<sup>37</sup>

Para esta teoria, nas lições de Zackseski, o delito era conceituado como forma de violação ao Direito, sendo este ato uma escolha livre, consciente e voluntária de certo indivíduo. A violação do direito pelo indivíduo – o delito – era combatida pelo Estado, que saía vitorioso através da demonstração da aplicação do direito. Por sua vez, a aplicação do direito – a pena – tinha caráter de retribuição, como forma de mero restabelecimento do equilíbrio alterado pelo ato delituoso.<sup>38</sup>

Na prevenção geral negativa, ainda na linha de Zackseski, o foco não está somente no infrator, mas também no desestímulo ao “delinquir”, por meio do espetáculo da pena – os espetáculos do suplício no momento da vingança pública. Assim, consideravam que essas penas atingiam a consciência daqueles que poderiam ser futuros infratores.<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup>GRECCO, Rogério. *Curso de direito penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009, p. 486, e ROSA, Fábio Bittencourt da. *Legitimação do ato de criminalizar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 489.

<sup>35</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 106.

<sup>36</sup>*Id. Ibid.*

<sup>37</sup>ZACKSESKI, Cristina. Da prevenção penal à “nova prevenção”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais: Temas atuais de criminologia*. São Paulo. v.8, n. 29, 167-190, jan/mar. 2000.

<sup>38</sup>*Id. Ibid.*

<sup>39</sup>*Id. Ibid.*

Por sua vez, a Teoria da Prevenção Geral Positiva persiste com a função simbólica da pena, posto que afirmava a validade da norma favorecendo os processos de integração social, uma vez que fazia com que a sociedade depositasse confiança nas instituições estatais, diga-se, confiança esta quebrada na medida que o delito praticado não fora evitado. Da obra de Zackseski extrai-se, ainda, que essa teoria assimila o delito enquanto ato normal de uma sociedade, ressalvados os excessos, os quais seriam patologias, doenças.<sup>40</sup>

Para esta teoria uma sociedade não existe sem o crime, de modo que cada um não poderia ser estudado isoladamente. Isto é, da maneira que narra Zackseski, o crime não poderia ser estudado separado da sociedade no qual ele está inserido, assim como a sociedade não poderia ser analisada sem levar em conta os atos desviantes nela presentes. A pena vem como meio de manter a unidade da sociedade e a consciência individual. Neste momento, a teoria se dirigia principalmente àqueles cidadãos que respeitam as leis.<sup>41</sup>

Ainda conforme pondera Zackseski, tem-se que a Teoria da Prevenção Especial Negativa se caracteriza pelo traço de intimidação ou neutralização do criminoso – defendendo seja ele eliminado. Esta teoria se baseia na transformação considerável do delinquente, seja temporariamente ou permanentemente como forma a desestimulá-lo a não praticar novamente atos delituosos. Defende a transformação, podendo esta ocorrer por meio de destruições físicas ou psíquicas do indivíduo, por meio de prisões de máxima segurança, intervenções cirúrgicas, controle eletrônico em liberdade, ou outros meios severos com a finalidade de dissuadir o infrator.<sup>42</sup>

A Prevenção Especial Positiva tem enfoque específico na figura do criminoso, tendo como objetivo a sua ressocialização por meio da correção do condenado. Isto é, a pena como meio de defesa social. Assim, de acordo com Zackseski, descaracterizaria o significado retributivo da pena porque existente a finalidade de habilitar o indivíduo para a vida em sociedade. Veja que o delinquente era visto como um ser inferior, subalterno aos demais e que somente por meio das penas a sociedade teria uma defesa para o perigo – delinquente e crime.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> ZACKSESKI, Cristina. Da prevenção penal à “nova prevenção”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais: Temas atuais de criminologia*. São Paulo. v.8, n. 29, 167-190, jan/mar. 2000.

<sup>41</sup> *Id. Ibid.*

<sup>42</sup> *Id. Ibid.*

<sup>43</sup> *Id. Ibid.*

De sua parte, sustenta Bitencourt que tanto a teoria absoluta da pena, quanto a relativa, entendem a pena como necessária, sendo que a diferença entre as duas reside na determinação de sua finalidade: pois enquanto a primeira entende a pena somente como forma de justiça, a segunda justifica a pena como forma de desestimular, inibir que o apenado volte a delinquir.<sup>44</sup>

Afiguram-se esclarecedoras as palavras de Ferrajoli, *verbis*:

“[...] são teorias absolutas todas aquelas doutrinas que concebem a pena como um fim em si própria, ou seja, como ‘castigo’ ‘reação’, ‘reparação’ ou, ainda, ‘retribuição’ do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, vale dizer, não um meio, e tampouco um custo, mas, sim um dever ser metajurídico que possui em si seu próprio fundamento. São, ao contrário, ‘relativas’ todas as doutrinas *utilitaristas*, que consideram e justificam a pena enquanto *meio* para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos [...]”<sup>45</sup>

Do estudo das teorias das funções da pena, e levando em conta o disposto no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, pode-se constatar que o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria mista ou unificadora da pena, *in verbis*:

“Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima estabelecerá, **conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime**”<sup>46</sup> (grifo nosso).

A teoria mista uniu a teoria absoluta com a teoria relativa, isto é, adota a concepção da necessidade tanto da reprovação, logo a retribuição do crime cometido, quanto a concepção da prevenção de ocorrência de novo crime.<sup>47</sup>

Tem-se, assim, a teoria monista, que em primeiro plano veio para criticar as teorias que somente reconheciam um dos aspectos da função da pena, seja a retribuição, isoladamente, seja a prevenção. Isso porque, na realidade, ambas as funções são essenciais à própria pena; pois caso fosse adotada somente uma delas não abarcaria todos os fenômenos

---

<sup>44</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 106.

<sup>45</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Noberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p.204.

<sup>46</sup>BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/del2848.htm]. Acesso em: 02/10/2013.

<sup>47</sup>GRECCO, Rogério. *Curso de direito penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009, p. 486, e ROSA, Fábio Bittencourt da. *Legitimação do ato de criminalizar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 491.

sociais. É nesse norte que Bitencourt afirma em seu livro, *Tratado de Direito Penal*, a separação entre “fundamento e fim da pena”.<sup>48</sup>

Em relação ao fundamento, Bitencourt expõe que a teoria monista afirma ser a pena fundada unicamente no delito, no crime em si. Logo, a pena tem sua fundamentação no ato delituoso praticado, não podendo passar do crime - o caráter retributivo. Já quanto à função, refere-se aos limites estabelecidos à própria sanção punitiva, levando-se em conta a culpabilidade do agente como requisito limitador, de forma que ele não venha a reincidir no crime – o caráter preventivo.<sup>49</sup>

Apesar de tudo quanto exposto acerca dos conceitos e das teorias da função da pena, prevalece no imaginário popular a visão da pena como um “castigo”, passando desde “sempre” a ideia de punição a um mal causado.

E esse caráter de punição ainda está presente na mente da sociedade, bem como no mundo jurídico, de um modo geral; visto que características e funções da pena, a exemplo da prevenção, são recorrentemente desconsideradas tanto pela população, que se esquece e renega o condenado uma vez aprisionado, quanto pelo Estado, que utiliza do seu poder punitivo fundamentado na falsa premissa de defesa social para dar uma resposta penal simbólica à sociedade.

Dito de outro modo, à medida que o Estado somente atende a demandas específicas, sem dar uma resposta geral ao fenômeno da criminalidade ou da insegurança urbana, acaba por gerar apenas um resultado simbólico, conforme explica a professora Zackseski. Nota-se, portanto, o distanciamento da original função da pena, a função de prevenção, o que leva a um sistema de justiça criminal falido, de modo que a pena passou a ser uma resposta violenta posterior ao ato desviante, como forma de compensação de tal ocorrência, contribuindo para a consolidação das desigualdades nas relações de poder - tema a ser abordado no próximo item.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 112.

<sup>49</sup>*Id. Ibid.* p. 113.

<sup>50</sup>ZACKSESKI, Cristina. Da prevenção penal à “nova prevenção”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais: Temas atuais de criminologia*. São Paulo. v.8, n. 29, 167-190, jan/mar. 2000.

### 1.3 Crítica ao poder de punir estatal

“Jean Valjean, de humilde origem camponesa, ficara órfão de pai e mãe ainda pequeno e foi recolhido por uma irmã mais velha, casada e com sete filhos. Enviuvando a irmã, passou a arrimo da família, e assim consumiu a mocidade em trabalhos rudes e mal remunerados [...]. Num inverno especialmente rigoroso, perdeu o emprego, e a fome bateu à porta da miserável família. Desesperado, recorreu ao crime: quebrou a vitrine de uma padaria para roubar um pão. [...] Levando aos tribunais por crime de roubo e arrombamento, foi condenado a cinco falés. [...] Mesmo na sua ignorância, tinha consciência de que o castigo que lhe fora imposto era duro demais para a natureza de sua falta e que o pão que roubara para matar a fome de uma família inteira não podia justificar os longos anos de prisão a que tinha sido condenado.”

Victor Hugo – Os Miseráveis<sup>51</sup>

Para fazer uma análise crítica ao direito de punir do Estado tal qual apresentado nos dias de hoje, deve-se esmiuçar as ideias apresentadas por Beccaria, uma vez que elas contribuíram significativamente para a construção dos argumentos legitimadores do direito de punir estatal, que são a base para o desenvolvimento da teoria jurídica do delito e da pena.

Essa teoria fundamenta-se, segundo Alessandro Baratta, principalmente, no princípio da utilidade comum, bem como na ideia de contrato social e na divisão dos poderes. Por princípio da utilidade comum, entende-se a ideia de maior felicidade para o maior número de indivíduos. Esse princípio traduz a necessidade de defender a coexistência dos interesses particulares em menor escala possível, para promover a proteção da ordem social.<sup>52</sup>

No trecho a seguir, Beccaria expõe a utilidade comum enquanto elemento justificador do poder punitivo do Estado, como bem ilustra a transcrição a seguir:

“[...] só a necessidade constringe os homens a ceder uma parte de sua liberdade; daí resulta que cada um só consente e pôr no depósito comum a menor porção possível dela, isto é precisamente o que era preciso para empenhar os outros em mantê-lo na posse do resto. O conjunto de todas essas pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir.”<sup>53</sup>

É a partir dos pensamentos de Beccaria, bem como dos debates travados à época, que surge a “ideologia da defesa social”, denominação atribuída por Baratta. E essa ideologia – palavra interpretada aqui em seu sentido negativo de “falsa consciência”, em que

---

<sup>51</sup>HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret. 2007, p.

<sup>52</sup>BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 33.

<sup>53</sup>BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Alessandro Berti Contessa e Lucia Guidini. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991, p. 27.



as instituições públicas estão relacionadas a funções utópicas, longe da realidade, – acabou por legitimar o poder punitivo estatal com base em algumas premissas que predominam tanto na ciência jurídica, quanto no imaginário social, conforme leciona Beccaria.<sup>54</sup>

A “ideologia da defesa social” consiste nos princípios da legitimidade do bem e do mal, da culpabilidade, da igualdade, do interesse social e do delito natural.<sup>55</sup>

Devido ao poder de síntese e clareza com que Beccaria conceitua cada qual desses princípios, traz-se, *ipsis litteris*, o respectivo trecho de sua obra:

“a) Princípio de legitimidade. O Estado, como expressão da sociedade está legitimado para reprimir a criminalidade, da qual são responsáveis determinados indivíduos, por meio de instâncias oficiais de controle social (legislação, polícia, magistratura, instituições penitenciárias). Estas interpretam a legítima reação da sociedade, ou da grande maioria dela, dirigida à reprovação e condenação do comportamento desviante individual e à reafirmação dos valores e das normas sociais.

b) Princípio do bem e do mal. O delito é um dano para a sociedade. O delinquente é um elemento negativo e disfuncional do sistema social. O desvio criminal é, pois, o mal; a sociedade constituída, o bem.

c) Princípio da culpabilidade ou da prevenção. A pena não tem, ou não tem somente, a função de retribuir, mas prevenir o crime. Como sanção abstrata prevista pela lei, tem a função de criar uma justa e adequada contramotivação ao comportamento criminoso. Como a sanção concreta, exerce a função de ressocializar o delinquente.

d) Princípios do interesse social e do delito natural. O nú central dos delitos definidos nos códigos penais das nações civilizadas representa ofensa de interesses fundamentais, de condições essenciais à existência de toda sociedade. Os interesses protegidos pelo direito penal são interesses comuns a todos os cidadãos. Apenas uma pequena parte dos delitos representa violação de determinados arranjos políticos e é punida em função da consolidação deste (delitos artificiais).”<sup>56</sup>

Registre-se que nos dias atuais a premissa da “defesa social” continua sendo a base do discurso legitimador do poder de punir do Estado, adotando os princípios narrados como norte e trazendo a ideia de proteção à sociedade – que seria formada por sujeitos livres e iguais. Assim, conforme narra Baratta, o Estado estaria a resguardar os “cidadãos de bem”, dos

---

<sup>54</sup>BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Alessandro Berti Contessa e Lucia Guidini. 1. ed. São Paulo: Livraria Mastins Fontes, 1991, p. 41-42.

<sup>55</sup>BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 41.

<sup>56</sup>BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Alessandro Berti Contessa e Lucia Guidini. 1. ed. São Paulo: Livraria Mastins Fontes, 1991, p. 41-42.

“elementos disfuncionais” da sociedade, os delinquentes, de maneira a manter o controle e a repressão social, e, dessa forma, estabelecendo, a ordem.<sup>57</sup>

A aludida legitimação fundamentada na proteção da sociedade, com a finalidade de preservar o bem coletivo, pode ser observada nas palavras de Magalhães Noronha, *ex vi* do trecho que se transcreve:

“Com efeito, o Estado, como já se disse mais de uma vez, tem como finalidade a consecução do bem coletivo, que não pode ser alcançado, sem a preservação do direito dos elementos integrantes da sociedade, e, portanto, quando se acham em jogo direitos relevantes e fundamentais para o indivíduo, como para ele próprio, Estado, e as outras sanções são insuficientes ou falhas, intervém ele com o jus puniendi, com a pena [...]”<sup>58</sup>

De fato, a “ideologia da defesa social” apresenta um grande avanço no que diz respeito às teorias dos delitos e das penas, sendo apontada, inclusive, como o maior progresso já demonstrado pelo direito penal moderno. No entanto, o que se pretende demonstrar é que, em contraponto com as teorias sociológicas, tal “ideologia” se apresenta defasada, ou ainda como pontua Baratta:

“[...] o conceito de defesa social corresponde a uma ideologia caracterizada por uma concepção abstrata e aistórica da sociedade, entendida como uma totalidade de valores e interesses”.<sup>59</sup>

Daí que o presente trabalho assinala, a partir do estudo da criminologia crítica, a fragilidade da base ideológica em que se apóia o discurso legitimador do poder punitivo estatal.

Propõe-se, portanto, uma crítica à funcionalidade do sistema penal, a partir da desconstrução dos valores de viés ideológico em que se baseia a atuação dos mecanismos de controle social, buscando, assim, evidenciar que os elementos que configuram os processos de aplicação das normas penais não condizem com as funções socialmente úteis atribuídas ao respectivo sistema.

Nesse sentido, Lola Aniyar de Castro afirma que:

“A crise do sistema penal, como a crise do sistema social, é crise de legitimação. Por legitimação entendemos toda forma de convalidar,

---

<sup>57</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 41

<sup>58</sup> NORONHA, E. Magalhães de. *Direito Penal*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1991, v. 1, p. 167.

<sup>59</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 47.

autorizando-o, especialmente através da promoção de um consenso social, um sistema de dominação determinado. O sintoma denuncia a doença e a busca de legitimação é um remédio.

Um discurso relativo ao exercício do poder é suscetível de três tipos de leitura: numa no nível dos princípios formulados; outra no de sua concreção nos fatos; e outra, finalmente no nível de seu sentido mais profundo e de suas funções reais. Como o sistema penal é uma forma importante desse exercício de poder, para caracterizar sua crise devemos, necessariamente, referir-nos separadamente a cada um desses níveis.<sup>60</sup>

Vê-se que uma das formas de legitimação do poder punitivo estatal, embasada na ideologia da defesa social, consiste no combate à criminalidade, estabelecendo como função e dever do Estado à inibição da reincidência de atos criminosos; o que não condiz com a realidade, à medida que o próprio sistema, como se pretende demonstrar, acaba por apontar sua própria ineficácia.

Ainda nas palavras de Aniyar:

“Quando falamos de crise do sistema penal [...] referimo-nos tanto à concreção fática de seus princípios como à coerência interna dos níveis do poder e seu grau de credibilidade. Não a suas funções profundas.

[...]

Em primeiro lugar, é um fato o incremento, tanto qualitativo, quanto quantitativo, da delinquência e da reincidência: é o primeiro signo de sua ineficácia em relação aos fins formalmente previstos. Mesmo assim, gerou-se coincidência sobre o fato de que o conteúdo dos códigos penais nem se ajusta aos requerimentos do grau de desenvolvimento da sociedade nem responde às aspirações dos indivíduos.”<sup>61</sup>

O que se percebe da análise do funcionamento do sistema penal é uma legitimação e uma regulamentação do poder de punir do Estado com base em falsas premissas, que acabam por se desconstruir quando se tem como foco o resultado da atuação das instituições de repressão. Esta crítica, relacionada aos debates sobre exercício de poder, está presente nos estudos das teorias da pena desde a chamada fase da “Reforma”, como se percebe nos pensamentos de Foucault:

“Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a “reforma” propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais

---

<sup>60</sup>CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p.133.

<sup>61</sup>*Id. Ibid.*, p. 134.

universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.”<sup>62</sup>

Como se nota, Foucault critica veemente a concentração de poder de punir, bem como a arbitrariedade com que é exercido, problema também presente no atual cenário brasileiro. A ideia de defesa social fundada no princípio da legitimidade acaba por dar um peso desproporcional entre indivíduo e Estado, colocando um em posição inferior, se não hipossuficiente, em relação ao outro, e fazendo com que o primeiro careça de defesa.

Nesse sentido, o filósofo defende a reestrutura do poder de punir, o qual deverá se aplicar da forma mais igualitária possível através de “uma nova economia do poder de castigar”, ou seja, que o poder de punir não fique apenas centrado nas camadas privilegiadas nem tão pouco que esse poder seja exercido por instancias em contraponto. O poder de punir esparso de tal forma em que todos possam exercê-lo.<sup>63</sup>

Ainda na compreensão de Foucault, a necessidade de criação de meios de proteção ao hipossuficiente – aqui entendido como o indivíduo infrator – é percebida principalmente quando se analisa o caráter de “inimigo” que lhe é atribuído no momento da infração, ficando, a sociedade, imbuída de um “desejo de justiça”, que acaba por diminuí-lo a uma posição animalesca, conforme se demonstra no trecho a seguir:

“Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí esta representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro.”<sup>64</sup>

Depreende-se dessa ideia a simples inversão dos legitimados no direito de punir: onde antes se encontrava o soberano agora se encontra a sociedade resguardada pelo Estado. Foucault alerta ainda para o “poder” ainda maior desse ultimo, uma vez que é dotado de legitimidade e legalidade, tornando-se, em suas palavras: “mais temível”. O fato é que o “infrator” se encontra frente a uma pena ilimitada, existindo o mesmo excesso de poder durante todos os momentos de “vingança”, deslocado agora para a sociedade.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 69-70.

<sup>63</sup>*Id. Ibid.*, p. 68-69.

<sup>64</sup>*Id. Ibid.*, p. 76.

<sup>65</sup>*Id. Ibid.*

Nas palavras de Foucault:

“O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão forte, que se torna quase mais temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza, excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta de um terrível super poder. E necessidade de colocar um princípio de moderação ao poder do castigo.”<sup>66</sup>

No que diz respeito ao poder de punir do Estado, apresenta-se oportuno nessa passagem ressaltar a fragilidade do discurso que o fortalece, o qual tem como base a igualdade entre os sujeitos. Isso porque os interesses que orientam a atuação do sistema penal não são compartilhados por toda a coletividade – conforme sustenta o discurso jurídico-penal –, mas, ao contrário, os interesses estruturais das classes econômicas e politicamente privilegiadas acabam por se sobrepor aos demais e, assim, passam a orientar o processo de criminalização de acordo com a posição social do agente infrator.

Baseado nessa premissa, resta claro o pensamento de Foucault sobre o uso do sistema penal orientado pela “prática organizada de classes” dos sistemas capitalistas, como bem assinalado por Juarez Cirino dos Santos ao afirmar que para Foucault o sistema penal fora “programado” para punir e agir de forma diferenciada conforme a classe social a qual pertencia o agente a ser punido. Essa maneira de gerir o sistema penal nada mais é do que fruto da atual sociedade capitalista, utilizando-se do discurso da “defesa social”, onde a sociedade acaba por aceitar a imposição de normas sociais e em caso de violação destas acarretaria uma punição.<sup>67</sup>

Dito de outra forma, o presente trabalho busca demonstrar que os interesses protegidos pelo sistema penal têm como base a manutenção dos sistemas econômicos e sociais, favorecendo, portanto, os interesses dos grupos sociais dominantes. Assim, sustenta-se que o poder punitivo estatal é a força que essa privilegiada camada da sociedade utiliza para garantir a dominação política e a exploração econômica dos membros das classes inferiores, por meio do uso do poder concentrado nos aparelhos coercitivos do Estado.

Fica evidente, assim, a importância de se reconstruir uma teoria mais tangível e condizente com a realidade, sendo necessária a superação do discurso e da prática sobre os quais se discorreu até aqui.

---

<sup>66</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 76.

<sup>67</sup>SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006, p. 126.

Essa proposição retrata a percepção de Aniyar, ao dizer que “Parece, portanto, evidente que o sistema penal não pode continuar por muito tempo fundamentando-se numa jurisdição abstrata, num conjunto de mitos permanentemente a descoberto pelas evidências da realidade.”<sup>68</sup>

Diante desta preocupação em conferir proporcionalidade, no âmbito criminal, entre àquilo que é teorizado e normatizado ao que se percebe da realidade social – trazendo coerência entre as normas impostas e as aspirações sociais – é que se faz indispensável destacar, de forma sucinta, a Teoria do Garantismo Penal de Ferrajoli, que busca minimizar essas desproporções, traçando um paralelo entre a manutenção do poder estatal e a efetividade dos direitos fundamentais, na tentativa de tutelar os direitos subjetivos do cidadão, protegendo-o de arbitrariedades do Estado.<sup>69</sup>

Nesse mesmo sentido são as palavras de Salo de Carvalho, assim expendidas:

“A teoria do garantismo penal, antes de mais nada, se propõe a estabelecer critérios de racionalidade e civilidade à intervenção penal, deslegitimando qualquer modelo de controle social maniqueísta que coloca a ‘defesa social’ acima dos direitos e garantias individuais. Percebido dessa forma, o modelo garantista permite a criação de um instrumental prático-teórico idôneo à tutela dos direitos contra a irracionalidade dos poderes, sejam públicos ou privados.”<sup>70</sup>

Ainda segundo o que discorre Salo de Carvalho, os direitos fundamentais possuem natureza de cláusulas pétreas, ou seja, de intangibilidade, não sendo passíveis de flexibilização sequer sob o fundamento de proteção ao “bem comum”. Logo, sendo os direitos fundamentais direitos humanos garantidos constitucionalmente, são eles que, nas sociedades democráticas, se constituem em balizas para a definição dos limites e objeto do direito penal.<sup>71</sup>

Portanto, o Garantismo trata da punibilidade do ponto de vista social e não apenas formal. Apontando a necessidade de valorizar os anseios sociais nos momentos de elaboração e aplicação da lei.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup>CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p.136.

<sup>69</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Norberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

<sup>70</sup>CARVALHO, Salo de; CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da pena e garantismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, p.17.

<sup>71</sup>CARVALHO, Salo de; CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da pena e garantismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, p.17.

<sup>72</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Norberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p.38.

Juntamente a esta filosofia, Ferrajoli narra que o surgimento do Estado Democrático de Direito orienta o Direito Penal a buscar tanto a proteção da sociedade como a proteção do indivíduo infrator, mediante a aplicação de princípios voltados à valorização do indivíduo, a exemplo do princípio da dignidade da pessoa humana, que, juntamente a outros, conforma o princípio limitador do poder punitivo estatal.<sup>73</sup>

Nesse contexto é que objetiva-se demonstrar no curso do trabalho a possibilidade de se alcançar o caráter ressocializador das penas, bem ainda a necessidade de tomar em consideração o comprometimento com a figura do indivíduo infrator, respeitando seus direitos fundamentais, com vistas a torná-lo uma pessoa apta ao convívio social pós-cárcere, pois somente dessa forma, é possível vislumbrar uma resposta efetiva ao fenômeno social da criminalização, em contraposição a uma resposta política simbólico-penal.

Com esse propósito, avança-se ao segundo capítulo com a abordagem das políticas de ressocialização, inclusive como se apresentam no sistema de justiça brasileiro, o que permitirá a melhor compreensão da temática do terceiro capítulo: relatos sobre a experiência chilena com implementação do programa-piloto de reintegração social do preso – *Volver a Confiar* – cujos resultados sinalizam que o princípio da dignidade da pessoa humana pode e deve ser respeitado e valorizado quando se trata de presos encarcerados.

---

<sup>73</sup>FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. Ed. Ed. Italiana, Noberto Bobbio. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p.789.

## 2 DAS POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO

### 2.1 No mundo do “dever ser” - como as políticas de ressocialização se apresentam

“Se não é mais o corpo a que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que então exerce? [...] Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.”

Michel Foucault – *Vigiar e Punir*<sup>74</sup>

Considerando que o Brasil adotou a Teoria Mista da Pena, conforme demonstrado no primeiro capítulo, em análise à Lei de Execução Penal Brasileira, nº 7.210 de 1984, mais especificamente em seu art. 1º, depreende-se que a ressocialização foi legalmente determinada como uma das finalidades principais da execução penal.

“Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e **proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.**”<sup>75</sup>

A assistência ao retorno à convivência social – medida de reintegração social – além de ser finalidade precípua da execução penal, é definida pelo artigo 10 da referida lei como dever do Estado, sendo que, em seu artigo 11, são determinados e elencados meios de assistências prestadas ao aprisionado de forma a melhorar não só a vida em isolamento como também a forma de retorno à comunidade livre, como se indica:

“Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e **orientar o retorno à convivência em sociedade.**

Art. 11. A assistência será:

I- material

II- à saúde

III- jurídica

IV- educacional

V- social

VI- religiosa.”<sup>76</sup>

Para que se entenda a função reformadora, tem-se que partir da essência da palavra reformar, que nesse preâmbulo tem como sinônimos: recuperação, ressocialização, readaptação, reinserção, reeducação social, reabilitação de modo geral, entre outros. De forma

---

<sup>74</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 130.

<sup>75</sup>BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 02/10/2013.

<sup>76</sup>*Id. Ibid.*



simplificada, são meios de reformar/reajustar a pessoa na medida em que ela possa voltar a conviver em sociedade, ou ainda, meios “que permitem ao indivíduo tornar-se útil a si mesmo, à sua família e a sociedade”, conforme entendimento de Manoel Valente Figueiredo Neto e Lúcia Cristina dos Santos Rosa.<sup>77</sup>

Outrossim, vale expor o conceito mais específico ao caso, dado pelo Conselho Nacional de Justiça, que define reinserção (ou reintegração) social como o “processo sistemático de ações que se iniciam desde o ingresso de uma pessoa no cárcere e continuam posteriormente a seu retorno à vida livre [...]”<sup>78</sup>

Diante do exposto, entende-se como função reformadora ou de ressocialização, a obrigatoriedade do Estado em proporcionar medidas, que facilitem a reabilitação do condenado no retorno da convivência junto à sociedade. Em defesa da função reformadora da pena, se posiciona Divonsir Taborda Mafra, nos seguintes termos:

“A pena restritiva de liberdade, imposta pela justiça, tem como finalidade precípua a reabilitação social do condenado. Não acreditar na ressocialização é negar que o homem seja um ser racional, é negar que a sociedade seja capaz de perdoar.”<sup>79</sup>

E ainda, de forma a corroborar com o posicionamento supramencionado, Renato Marcão manifesta-se no sentido de que a execução deve sempre vir com a finalidade de proporcionar a reintegração social do aprisionado uma vez que o Brasil posicionou-se no sentido de adotar a teoria mista ou eclética da função da pena. Destacando-se que esta teoria entende que a natureza de retribuição da pena não se finda somente na prevenção mas também em humanizar. Portanto, a execução penal tem por fim punir e humanizar.<sup>80</sup>

A prisão surge, então, como forma de mudança no caráter do aprisionado, tendo como consequência a inibição do egresso no que tange à prática de crime. Trata-se, portanto, de uma espécie de recuperação do preso, conforme expõe Cristina Rauter:

“A prisão é frequentemente descrita como o lugar onde vai se operar uma transformação na personalidade do preso. Assim, ela teria como virtude a possibilidade de reflexão, a introspecção, o arrependimento. Pela disciplina ela possibilita a internalização da lei, a aquisição de valores morais,

---

<sup>77</sup>FIGUEREDO, Manoel e ROSA, Lúcia. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=6301]. Acesso em: 26/09/2013.

<sup>78</sup>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Sócio educativas – DMF. Agosto de 2012.

<sup>79</sup>Coordenador Geral do Departamento Penitenciário do Pará - DEPEN/PR - Publicado no informativo da Escola Penitenciária do Paraná– nº 02.

<sup>80</sup>MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32.

substituindo um estado de incultura ou uma subcultura por uma cultura caracterizada pelo respeito à lei e à ordem. A pena-prisão, segundo opiniões expressas nos laudos, é enfim, regeneradora.[...] A prisão seria uma espécie de oficina-escola onde os presos poderiam curar-se do mal ociosidade, admitido como fator que induz ao crime.”<sup>81</sup>

A partir destes registros, aufere-se que medidas de ressocialização são formas de garantia à dignidade humana, sendo um meio de proteção individual – no caso o condenado - diante do poder punitivo do Estado.

O Estado tem deveres para com o condenado aprisionado, sendo um deles inerente à própria aplicação da pena, qual seja, a execução penal com objetivo de ressocializar o indivíduo. A violação dessa função, afeta a própria dignidade da pessoa, uma vez que é direito do aprisionado o retorno, após executada sua pena, à vida em sociedade, em condições para gozá-la, assim como um indivíduo que nunca foi preso.

Nesse passo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura o direito fundamental à dignidade da pessoa humana também ao preso, conforme preleciona o inciso XLIX: “é assegurado aos presos o respeito a integridade física e moral.”<sup>82</sup>

Importa pontuar, ainda, o que aduz o inciso XLVII da Constituição Federal, quando veda expressamente penas que pressuponham quaisquer meios que violem o direito fundamental da dignidade da pessoa humana, levando em conta o condenado, senão vejamos:

“XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;”<sup>83</sup>

Vale frisar, ainda, que o Brasil se submete ao Tratado Internacional de Declaração de Direitos Humanos de 1948. Tal Tratado prima pela defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, de modo que se garanta sua liberdade individual, integridade física moral entre outros. No que tange o argumento desse trabalho, frisa-se que a Declaração abordada veda qualquer tratamento cruel, desumano ou degradante, na aplicação das penas pelo Estado.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup>RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 102.

<sup>82</sup>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>83</sup>*Id. Ibid.*

<sup>84</sup>ONU. Resolução 217 A, de 10 de dezembro de 1948. Dispõe sobre o direito fundamental à dignidade da pessoa humana. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\_intern/ddh\_bib\_inter\_universal.htm]. Acesso em: 26/09/2013.

Logo, mesmo que o indivíduo seja condenado à prisão, tendo a sua liberdade individual legalmente cerceada, o Estado tem o dever e a obrigação de mantê-lo em condições dignas, nos moldes previstos por esse Tratado.

Em conformidade com o que está previsto na Lei de Execução Penal, na Constituição Federal e ainda no Tratado de Direitos Humanos, no ano de 2008 o presidente do Conselho Nacional de Justiça à época, Ministro Gilmar Mendes, propôs a Recomendação nº 21, que se transcreve, dirigida aos tribunais, com o intuito de promover a melhor reinserção do condenado, frisando, ainda, a importância da capacitação dos recém-libertos para o trabalho, por meio de parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial:<sup>85</sup>

“CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – RECOMENDAÇÃO 21, de 16.12.2008.

Recomenda aos Tribunais ações no sentido da recuperação social do preso e do egresso do sistema prisional.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o art. 1º da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), que dispõe que um dos objetivos da execução penal é o de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado;

CONSIDERANDO o disposto no art. 28 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) que estabelece o trabalho do condenado como dever social e condições de dignidade humana, com finalidade educativa e produtiva;

CONSIDERANDO que a realidade constatada pelo Conselho Nacional de Justiça, nos mutirões carcerários, indica necessidade de medidas concretas de capacitação profissional e reinserção do preso e do egresso do sistema prisional,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93, quanto à possibilidade de dispensa de licitação na contratação de instituição dedicada à recuperação social do preso;

[...]

CONSIDERANDO o que foi decidido na sessão do dia 16.12.2008:

RESOLVER RECOMENDAR aos Tribunais:

I- A implementação do termo cooperação técnica celebrado entre Conselho Nacional de Justiça e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com interveniência da Confederação Nacional da Indústria, notadamente com relação à qualificação profissional de preso e egressos do sistema prisional,

II – A adoção de programas de recuperação e reinserção social do preso e do egresso do sistema prisional, inclusive com o aproveitamento de mão-de-obra

---

<sup>85</sup>KUEHNE, Maurício. *Lei de execução penal anotada*. 9. ed. Curitiba: Juruá. 2011, p. 40.

para serviços de apoio administrativo no âmbito da administração do Poder Judiciário, tendo como fundamento o disposto no artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93;

III- a celebração de convênios com as Secretarias de Estado responsáveis pela administração carcerária, a fim de viabilizar os programas referidos no item II.

Publique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação a todos os Tribunais de Justiça.

Brasília, 16 de dezembro de 2008. Ministro GILMAR MENDES Presidente.”<sup>86</sup>

Destaca-se que as medidas de reintegração social têm como intuito o resgate da dignidade do condenado que fora aprisionado, e, conseqüentemente, da sua auto-estima por meio da promoção de condições para seu amadurecimento pessoal. Tais condições podem ser concedidas mediante o desenvolvimento de projetos que visem o proveito profissional bem como outras formas de incentivo à sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, vão se delineando e priorizando os direitos básicos do preso.

Como oportuno, exprime-se o entendimento do professor André Eduardo de Carvalho Zacarias:

“A execução da pena implica uma política destinada à recuperação do preso, que é alçada de quem tem jurisdição sobre o estabelecimento onde ele está recluso.

O trabalho é importante na conquista de valores morais e materiais, a instalação de cursos profissionalizantes possibilita a resolução de dois problemas, um cultural e outro profissional. Muda o cenário de que a grande maioria dos presos não possui formação e acabam por enveredar, por falta de opção, na criminalidade e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez cumprida a pena.”<sup>87</sup>

Nesse contexto de preocupação com a reinserção do aprisionado à comunidade de que fora isolado, as penas alternativas tornaram-se foco no Seminário Internacional sobre Penas Alternativas e Sistemas Penitenciários, realizado no período de 18 a 21 de março de 1997. O seminário buscou proporcionar a discussão sobre a aplicação das penas no cenário brasileiro da época e recomendações para seu aprimoramento. As conclusões foram

---

<sup>86</sup>BRASIL. Recomendação 21. De 16/12/2008. Recomenda aos Tribunais ações no sentido da recuperação social do preso e do egresso do sistema penal. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12103-recomendacao-no-21]. Acesso em: 26/09/2013.

<sup>87</sup>ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. *Execução Penal Comentada*. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006, p. 35 e 61.

transcritas ao final do encontro na Carta de São Paulo<sup>88</sup>, a qual, por oportuno, transcreve-se a seguir:

**“Carta de São Paulo**

As Autoridades, Juristas brasileiros e estrangeiros, e participantes do SIMPÓSIO INTERNACIONAL – PENAS ALTERNATIVAS E SISTEMA PENITENCIÁRIO, manifestam suas preocupações quanto à execução das penas, quanto ao Sistema Penitenciário e quanto ao futuro das medidas penais alternativas, resolvendo proclamar a CARTA DE SÃO PAULO, nos seguintes termos:

-CONSIDERANDO que a evolução do pensamento penal, desde o iluminismo, conduz à observância do Princípio da Humanidade, isto é, proibição de penas desumanas, cruéis ou degradantes;

- CONSIDERANDO que a reação penal clássica, além de representar a forma mais drástica e violenta de resposta ao delito, contribui muito pouco para evitar a reincidência e assegurar a paz social;

- CONSIDERANDO o consenso mundial de que o Direito Penal, sem prejuízo de sua eficácia preventiva, deve ser regido pelo Princípio da Mínima Intervenção;

- CONSIDERANDO que a função de reinserção social da pena pode ser alcançada com extraordinárias vantagens, como demonstram incontáveis experiências estrangeiras, por vias alternativas menos custosas e mais racionais;

-CONSIDERANDO a conveniência e necessidade de se passar para o plano da efetivação das vias alternativas de reação ao delito.

- RESOLVEM RECOMENDAR:

1) O Direito Penal, como sistema legal, deve reservar sua intervenção somente aos fatos mais graves conforme o Princípio da Mínima Intervenção Penal;

2) A pena privativa deve limitar-se aos crimes de maior gravidade;

3) A pena deverá facilitar o processo de reinserção social, sempre que possível, por via de medidas alternativas à pena privativa de liberdade;

4) A adoção de medidas alternativas à pena de prisão é tendência moderna e mais justa, que atende não somente aos interesses do sentenciado, como contribui para a sua reinserção na comunidade e à paz social;

5) A aplicação das chamadas penas alternativas por serem menos custosas, inclusive sob o aspecto econômico;

6) Ao Poder Judiciário e ao Ministério Público a aplicação efetiva das Penas Alternativas previstas na Legislação Brasileira desde 1984, sem prejuízo de outras a serem oportunamente criadas.

---

<sup>88</sup>KUEHNE, Maurício. *Lei de execução penal anotada*. 9. ed. Curitiba: Juruá. 2011, p. 36.

E, PORTANTO, CONCLAMAM

A sociedade a participar do debate e a colaborar na execução penal, inclusive cobrado das autoridades a efetivação das medidas penais alternativas.

São Paulo, 21 de março de 1997.

Miguel Reale Júnior – Mário Fumo Bartolomeu Mangaze – Ivette Senize Ferreira – Vivian Stern – David Teixeira de Azevedo – Eugênio Raul Zaffaroni – Sérgio Salomão Schecaira.”<sup>89</sup>

Cabe ressaltar, por fim, que a política de ressocialização tem papel importante, não apenas para a reconstrução do caráter do condenado, como para a evolução do cenário criminal nacional, vez que, cumprindo o seu dever de proporcionar sua ressocialização, o Estado contribui para o delineamento de parâmetros de comportamento para o egresso.

Nesse passo, dá-se origem a um ciclo positivo, onde o condenado, aparado pelo o Estado, tem condições de retornar harmonicamente ao convívio social, sendo estimulado a não voltar a delinquir.

## **2.2 No mundo do ser - a utópica busca pela reinserção à sociedade**

### *2.2.1 O Sistema Prisional*

“O sistema penal não resolve os conflitos. As penas, e a principal das penas, ou seja, aquela de cadeia, de prisão está a produzir a freguesia da própria cadeia... o sistema mata, tortura, sequestra, fere, reproduzindo a freguesia das gaiolas e o pessoal do sistema.”<sup>90</sup>

Eugenio Raul Zaffaroni – Função da Criminologia nas Sociedades Democráticas

“Meu Deus; [...] a turma de forçados, o macacão vermelho, as correntes nos pés, o cansaço, o cárcere, a tarimba, todos esses horrores que muito bem conhecia! [...] velho como estava, ser tratado de ‘você’ pelo primeiro que encontrasse, ser revistado pelos guardas da prisão, receber bastonadas do comitê! Ter os pés nus metidos em sapatos ferrados! Estender de manhã e de noite a perna ao martelo do carcereiro que verifica a segurança das manilhas! [...] À noite, molhado de suor, exausto de cansaço, com boné verde sobre os olhos, tornar a subir, dois a dois, sob as chibatadas do Sargento, os degraus da escada da prisão flutuante! Oh! Que miséria!”<sup>91</sup>

Vitor Hugo – Os Miseráveis

---

<sup>89</sup>Carta de São Paulo. *Apud* KUEHNE, Maurício. Lei de execução penal anotada. 9. ed. Curitiba: Juruá. 2011, p. 36-37.

<sup>90</sup>ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Função da criminologia nas sociedades democráticas*. Tradução de Augusto Monte Lopes. Fascículos de Ciências Penais. Porto Alegre, SAFE, n. 11. nov. 1989a, v. 2 p. 171.

<sup>91</sup>HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret. 2007, p.

Apesar da virtude das ideologias que culminam nas teorias de reintegração social, frize-se que não há, atualmente, demonstração efetiva da realização de medidas de ressocialização no Brasil, sendo que, pelo contrário, o que se nota do modelo atual de execução penal são afrontas diretas aos direitos fundamentais do preso, em especial os relacionados a integridade física e moral.

Na obra de Augusto Thompson, o autor afirma que estudos realizados por sociólogos puderam demonstrar a vivência de uma “sociedade carcerária”, a qual não pode coexistir com uma sociedade livre. A existência de uma “sociedade carcerária” demonstra um sistema de poder onde o agente policial, como autoridade do Estado, acaba se impondo perante o aprisionado de modo a configurar uma relação de poder em que este seria colocado em patamar inferior e subalterno àquele.<sup>92</sup>

Nota-se que o Sistema Prisional se caracteriza como instituição central do aparelho de controle repressivo do Estado, gerando o efeito oposto ao desejado, e influenciando de forma relevante e negativa os mecanismos de criminalização dos indivíduos.

No intuito de superar essa realidade, cabe frisar que a Lei de Execução Penal, por si só, não gera criações de formas de ressocialização. Neste passo, afirma o citado professor Zacarias:

“Apesar de moderna, procurando racionalizar, desburocratizar e flexibilizar o funcionamento do sistema prisional, a Lei de Execuções Penais não tem produzido os resultados concretos almejados por seus autores e esperados pela sociedade. Tal ineficácia está na omissão do Poder Executivo que, procurando de todas as formas dirimir e eximir-se de suas obrigações básicas no plano social, até a presente data não houve investimentos necessários em escolas, em fábricas e fazendas-modelo, ou mesmo comércio; em pessoal especializado e em organizações encarregadas de encontrar postos de trabalho para os presos em regime semi-aberto e aberto, principalmente para os egressos dos estabelecimentos penais.”<sup>93</sup>

No mesmo sentido posiciona-se o professor Mirabete:

“O direito, o processo e a execução penal constituem apenas um meio para a reintegração social, indispensável, mas nem por isso o de maior alcance, porque a melhor defesa da sociedade se obtém pela política social do estado e pela ajuda pessoal.”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup>THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 20.

<sup>93</sup>ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. *Execução Penal Comentada*. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006, p. 35.

<sup>94</sup>MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Execução Penal*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 22.

Em que pese a relevância do desenvolvimento de políticas sociais como meio de se atingir o fim desejado com a pena, conforme discorre Juarez Cirino dos Santos, o que se percebe é que o Sistema Carcerário atual, valendo-se de um discurso legitimador que se apoia nas teorias do tratamento penitenciário ou da ressocialização, acaba por, na realidade, reproduzir os fenômenos que se propõe a combater, segundo o discurso ideológico penal.<sup>95</sup>

Nesse norte, ainda, enfatiza a autora Cristina Rauter:

“a crença na eficácia do chamado tratamento penitenciário é algo que dificilmente poderá ser compartilhado por teóricos ou mesmo autoridades na área. Tem sido exaustivamente demonstrado que a prisão, ao contrário de qualquer efeito recuperador sobre o delinquente, parece ter sempre como subproduto indesejável a reincidência e a preparação para uma carreira de criminoso crônico da qual é quase impossível escapar.”<sup>96</sup>

De fato, os elementos que constituem a realidade carcerária – a exemplo das privações, atos de violência, e condições infraestruturais deficientes a que são submetidos ao encarcerados – estruturam-se no sentido oposto ao fim educativo proposto pelas teorias aludidas, visto que produzem efeitos negativos na personalidade do preso, ferindo-o na sua auto-estima e constringendo-o a papéis de submissão e humilhação.

Apesar de o ordenamento jurídico brasileiro conter, como forma de ressocialização do preso, o se afastamento da sociedade, recluso à penitenciária. A ressocialização, na realidade, não é efetiva, como afirma Mirabete:

“A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior [...]. A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação.”<sup>97</sup>

À evidência, há uma degradante conotação na atividade do sistema prisional que somada à redução do senso da realidade do mundo externo que a clausura provoca, revela seu objetivo oculto de condicionar o condenado à incorporação dos valores característicos da “subcultura” carcerária, favorecendo sua permanência na população criminosa, como assinala Eugenio Zaffaroni:

---

<sup>95</sup>SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006, p. 86

<sup>96</sup>RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 104

<sup>97</sup>MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Execução Penal*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 24.



“A prisão não deteriora por deteriorar, mas o faz para condicionar: ‘invade’ o indivíduo’ com suas exigências do papel que também lhe são formuladas pelas outras agências do sistema – e que a prisão apenas exacerba [...]. trata-se de uma verdadeira ‘lavagem cerebral’” [...] (grifo nosso)<sup>98</sup>

No mesmo sentido se posiciona o professor Zacarias quando afirma que:

“Nenhum preso se conforma com o fato de estar preso e, mesmo quando conformado esteja, anseia por liberdade. Por isso, a falta de perspectiva de liberdade ou a sufocante sensação de indefinida duração da pena são motivos de inquietação, de intranquilidade, que sempre se refletem, de algum modo na disciplina.”<sup>99</sup>

Nota-se, ante o exposto, que o sistema prisional, na realidade, nos termos de Juarez Cirino dos Santos, assume função de produzir uma população criminosa, incidindo sobre delinquentes das camadas sociais marginalizadas, separando-os da sociedade e incorporando-os nos processos criminógenos institucionais, de modo a garantir a perpetuação do seu estigma de criminoso que a pena acaba por reafirmar.<sup>100</sup>

Ainda no que diz respeito à estigmatização e criminalização do condenado, Zacarias frisa a visão preconceituosa da sociedade quando afirma que:

“Devemos ter em mente, que o preso, o condenado, na mente do cidadão comum e mesmo dos mais evoluídos, será sempre uma ameaça, não bastando que tenha pago seu crime com a supressão de sua liberdade, a pecha lhe incomodará por toda sua vida.”<sup>101</sup>

Por imperativo, destaca-se que essa função estigmatizante do cárcere acaba por influenciar, de forma contundente, as relações de poder e das desigualdades sociais que, por sua vez, acabam propiciando o retorno do condenado à prisão. Uma ação repercute na outra, gerando uma reação em cadeia. Nesse passo, vale reproduzir citação do seguinte posicionamento de Juarez Cirino dos Santos:

“[...] o sistema carcerário é o centro da crítica radical ao sistema de justiça criminal, na sua função de dupla reprodução: reprodução das desigualdades das relações sociais capitalistas (pela garantia da separação trabalhador/meios de produção) e reprodução de um setor de estigmatizados sociais, recrutado do exercício industrial de reserva, qualificado negativamente em dois sentidos: pela posição estrutural de marginalizado social (fora do mercado de trabalho) e pela imposição superestrutural de sanções estigmatizantes (dentro do sistema penal).”<sup>102</sup>

---

<sup>98</sup>ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 136.

<sup>99</sup>ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. *Execução Penal Comentada*. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006, p. 56.

<sup>100</sup>SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006, p. 84

<sup>101</sup>ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. *Execução Penal Comentada*. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006, p. 65

<sup>102</sup>SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006, p. 46.

Importa frisar, ainda, o ensinamento de Mauricio Kuehne, quando discorre sobre o sentido do artigo 1º da Lei de Execução Penal, Lei 7.210 de 1984, frisando a responsabilidade de todos os Poderes e de toda a sociedade no papel da ressocialização do apripionado. Como o condenado fora, mediante a aplicação da pena, retirado da comunidade a que se inseria, cabe à mesma também proporcionar meios de melhor reinserção do apripionado quando este for posto em liberdade.<sup>103</sup>

“Todos os Poderes e toda a sociedade, por seus diversos segmentos deve ser mobilizada, pois o retorno do homem, após o cumprimento a pena, se dará, exatamente, dentro da sociedade que temporariamente o alijou. E, se pretendemos um retorno que seja salutar, urge fazendo algo”.<sup>104</sup>

Destaca-se, conforme expõe Kuehne, que o apripionado, distanciado de seus familiares e amigos, se vê obrigado a se relacionar com outros presidiários e, ao retornar ao “mundo livre” com o rótulo de ex-detento, carente de orientações sobre como conviver em sociedade passa a ter dificuldade de inserção no mundo do trabalho, levando-o a considerar, como forma de sobrevivência, a “reincidência no mundo do crime”, tornando-se alvo para a polícia, e acabando por manter a “ficha suja”.<sup>105</sup>

Assim, pode-se entender o sistema carcerário como uma instância asseguradora dos resultados sociais dos processos seletivos de criminalização, quando dá forma à estigmatização orientada pela ideologia dominante, atuando no controle e na gestão dessa classe já marginalizada, que é a população criminosa.

### *2.2.2 Estatísticas da real política de ressocialização brasileira e conclusão acerca do cenário atual*

“A normalidade é tão somente uma questão de estatística”<sup>106</sup>

Aldous Huxley – Admirável Mundo Novo

“Nessa história toda, o erro era só dele? Era igualmente grave o fato de ele, operário, não ter trabalho e não ter pão. [...] Onde haveria mais abuso: da parte da lei, na pena, ou da parte do culpado, no crime? Não haveria excesso de peso em um dos pratos da balança, justamente naquele em que está a expiação?”<sup>107</sup>

Victor Hugo – Os Miseráveis

---

<sup>103</sup>KUEHNE, Maurício. *Lei de execução penal anotada*. 9. ed. Curitiba: Juruá. 2011, p. 35.

<sup>104</sup>*Id. Ibid.*

<sup>105</sup>RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 104.

<sup>106</sup>HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 22. ed. Porto Alegre: Globo, 1932, p.

<sup>107</sup>HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret. 2007, p.

Diante da realidade do sistema penitenciário brasileiro, mostra-se evidente a necessidade de implementação de medidas que visem à reintegração do condenado à sociedade. Esta realidade é ilustrada pela pesquisa de proposições de novas formas de ressocialização, feita pelo Conselho Nacional de Justiça, que traz a seguinte constatação:

“Constatações: grupo de condenado com maiores necessidades de reinserção são os que cumpriam PPL [pena privativa de liberdade], devido ao seu perfil sociodemográfico e criminológico, assim como as consequências de sua passagem pelo cárcere, que só agravam as condições pré existentes de exclusão e marginalidade social, diminuindo a sua integração à sociedade como cidadão titular de direito e possibilidade de manter-se afastado do delito.”<sup>108</sup>

Resta clara, então, a necessidade de elaboração de medidas integrativas de forma a preencher a função ressocializadora que deveria exercer a pena de prisão, tendo em vista que a influência exercida pela aplicação da pena privativa de liberdade, no momento, esta distante da estipulada em lei, como já evidenciou Denise de Roure no seguinte trecho:

“Falar em reabilitação é quase o mesmo que falar em fantasia, pois hoje é fato comprovado que as penitenciárias em vez de recuperar os presos os tornam piores e menos propensos a se reintegrarem ao meio social.”<sup>109</sup>

No Brasil, depreende-se da análise feita pelo Conselho Nacional de Justiça que há atualmente 486 penitenciárias, sendo estas destinadas aos condenados a penas privativas de liberdade, de reclusão em regime fechado. Nestas 486 penitenciárias há o contingente populacional de 514.582 presos, sendo que 64% destes tem menos de 35 anos de idade, 41,5% sem o ensino fundamental completo e apenas 0,4% com curso superior completo.<sup>110</sup>

Diante deste cenário, importa trazer à tona o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, do Governo Federal, responsável pela elaboração e desenvolvimento de políticas de execução penal. Um dos objetivos deste programa é a criação de políticas reintegrativas, as quais se dividem em três plataformas: educação, saúde e trabalho e renda. No entanto, o que se percebe é que tais políticas têm abrangência restrita, conforme exposto a seguir:

- Política: Planos de Saúde no Sistema Penitenciário PNSS que visam promover o acesso da população penitenciária ao Sistema Único de

---

<sup>108</sup>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Agosto de 2012.

<sup>109</sup>ROURE, Denise de. *Panorama dos Processos de reabilitação de presos*. In Revista CONSULEX. Ano III, nº 20, Ago. 1998, p. 15-17.

<sup>110</sup>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Agosto de 2012.

Saúde – SUS. Cenário atual: das 486 penitenciárias existentes, somente 269 são contempladas pelo PNSS.

- Política: Plano de Educação no Sistema Prisional, em elaboração pelo Ministério da Educação, que visa ampliar e melhorar as condições de estudos dentro dos presídios. Cenário atual: apenas 11 % dos presos permanecem estudando.
- Política: Programa Brasil Alfabetizado, que visa diminuir o analfabetismo no sistema prisional. Cenário atual: 5,5% é o índice de presos analfabetos no Brasil.
- Política: Redução de Déficit de Vagas em Cárcere mediante construção de novas vagas. Cenário atual: há 295.413 vagas para 514.582 condenados.
- Política: PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes e PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, ambos visando promover a capacitação do aprisionado aumentando de forma a aumentar a possibilidade de garantia a reintegração no mercado de trabalho.<sup>111</sup>

É de grande relevância, ainda, mencionar a pesquisa de referência realizada pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD/Brasil, “Levantamento Nacional sobre execução de Penas Alternativas”, no qual se evidenciam os menores índices de reincidência entre os condenados à penas alternativas daqueles condenados à pena privativa de liberdade, sendo, no caso deste último, demonstrado um índice entre 70% a 80% de reincidência.<sup>112</sup>

Comparativamente, é evidente o maior caráter ressocializador das penas alternativas, podendo-se concluir que o contato do apenado com a sociedade é uma forma de mantê-lo integrado à mesma.

A respeito da jurisprudência no que tange à reincidência dos condenados à reclusão em regime fechado, vale colacionar os seguintes precedentes:

“PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DECLARAÇÕES DA VÍTIMA. PROVA IDÔNEA. CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA PREVISTAS NOS INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL. APREENSÃO E PERÍCIA DA ARMA. PRESCINDIBILIDADE. CONCURSO DE PESSOAS. IDENTIFICAÇÃO DO COMPARSA. DESNECESSIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. MAUS

---

<sup>111</sup>CONSLEHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Agosto de 2012.

<sup>112</sup>*Id. Ibid.*

ANTECEDENTES. INVIABILIDADE. ABSOLVIÇÃO. SEDE RECURSAL. CONFISSÃO PARCIAL. COMPENSAÇÃO. REINCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO. SOBRESTAMENTO. VARA DE EXECUÇÕES PENAS. BENEFÍCIO DE RECORRER EM LIBERDADE. CONCESSÃO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Quando coerente com as demais provas dos autos, as declarações coesas da vítima são aptas para fundamentar a condenação pelo crime de roubo circunstanciado, assumindo especial relevância nos delitos contra o patrimônio, uma vez que estes são praticados às escondidas, longe de qualquer testemunha. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, recentemente, pacificou o entendimento já adotado pelas Turmas Criminais desta Corte, no sentido de que a apreensão e perícia da arma são prescindíveis ao reconhecimento da causa de aumento de pena prevista no inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal, desde que seu emprego fique demonstrado por outros meios de prova, como, *in casu*, pela prova oral. Demonstrada a presença de outro agente na prática do crime, incide a causa especial de aumento de pena relativa ao concurso de pessoas, sendo irrelevante, portanto, o fato de não ter sido identificado. Não pode ser utilizado para valorar de forma desfavorável os antecedentes do réu registro de anotação na qual consta que ele restou absolvido em sede recursal, devendo, por esta razão, a pena-base a ele imposta ser reduzida ao mínimo legal, haja vista a inexistência de outras circunstâncias judiciais desfavoráveis. Não há que considerar a atenuante da confissão espontânea quando o acusado nega parcialmente os fatos descritos na inicial acusatória, e se as declarações por ele prestadas não serviram para a fundamentação do r. *decisum* condenatório, embasado em outras provas irrefutáveis. Eventual sobrestamento do pagamento das custas processuais, somente pode ser analisado pelo Juízo da Vara de Execuções Penais, que é o competente para aferir se as condições do apelante justificam a concessão do benefício disposto no art. 12 da Lei nº 1.060/1950. Justifica-se a manutenção da segregação cautelar do apelante, como necessidade da garantia da ordem pública, se o caso é de reincidente específico, a sanção anterior não se mostrou suficiente para a adequada reinserção social. A jurisprudência deste Tribunal é torrencial no sentido de que, se o réu respondeu preso à instrução criminal, deve aguardar o recurso de apelação segregado, não havendo que falar em constrangimento ilegal ou ofensa ao princípio da não-culpabilidade. Recurso parcialmente provido tão somente para reduzir a pena para 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 21 (vinte e um) dias-multa.” (grifo nosso).<sup>113</sup>

“HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. PENAL. ESTUPRO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REINCIDÊNCIA E MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÕES DIVERSAS. BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE AUMENTO. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO.

<sup>113</sup>BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação criminal no 20120310057404, na 3ª Turma Criminal. Apelante: Alcides Gomes Coelho. Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Desembargador Esdras Neves, julgado em: 30/10/2012, DJE 06/11/2012 p. 313. Disponível em: [http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj]. Acesso em: 07/10/2013.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm mais admitido o habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais.
2. Vício na colheita das provas não evidenciado, afastado o Apontado cerceamento de defesa. O habeas corpus não é a via adequada para se proceder ao amplo reexame de aspectos fáticos-probatórios.
3. Comprovado que o paciente possui diversas condenações Transitadas em julgado, não há óbice para que se utilize uma condenação para exasperação da pena-base e outra como agravante pela reincidência. Bis in idem afastado.
4. A majoração da pena-base em 1/3 foi devidamente justificada em razão dos maus antecedentes do paciente e das circunstâncias do crime, não comportando redimensionamento.
5. Habeas corpus não conhecido.” (grifo nosso).<sup>114</sup>

Por todo o exposto, conclui-se que: a) há uma legislação específica que regulamenta a Execução Penal a qual caracteriza a ressocialização como eixo basilar da aplicação da pena; b) diante da análise do cenário brasileiro percebe-se que as medidas integrativas não vêm surtindo o efeito desejado; c) faz-se necessária a implementação de medidas de reabilitação à convivência social, tanto dentro das penitenciárias, como fora delas.

No intuito de reforçar os pensamentos anteriores, importa compartilhar entrevista da Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, em Salvador, Muricy, concedida ao Jornal A Tarde no dia 17 de fevereiro de 2007, em que diz:

“É inconveniente separar o preso, levando para um ambiente em que ele perde a conexão com a família e o meio social, porque ele vai criar vínculos afetivos com a população carcerária e continua, - cabeça vazia é oficina do demônio. É preciso dá trabalho para eles, digno, remunerado, que garanta inclusive sua saída direta para o mercado de trabalho.

No Brasil, esse tipo de ação ou é inexistente ou, quando ocorre, dificilmente está programada para preparar a saída do preso. Para que isso se efetive, é preciso, obviamente, que se tenha uma política carcerária que garanta a dignidade do preso em todos os sentidos, desde a prática de atividade física até o acesso ao trabalho profissionalizante. Tudo isso por uma questão fundamental: a necessidade de individualizar a pena. Sempre se diz isso. E nunca se faz.

É preciso criar a consciência social de que o respeito à dignidade do preso e a preparação para o retorno à sociedade é de interesse de todos. Não se trata apenas de praticar um gesto humanitário – o que, por si só, já seria um treinamento importante, porque a questão ética não pode ser esquecida. Mas do ponto de vista pragmático, a sociedade está trabalhando contra si mesma quando joga o preso no presídio e o abandona.”<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup>BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas corpus nº 147716, 6ª turma, Min. Rel. Sebastião Reis Júnior, julgado em 15/08/2013, DJE de 28/08/2013. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=147716&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1]. Acesso em: 07/10/2013.

<sup>115</sup>Entrevista da Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, em Salvador, Muricy, concedida ao Jornal A Tarde no dia 17 de fevereiro de 2007.

A mudança de valores necessária à superação das dificuldades aqui demonstradas deve partir de uma consciência social, uma vez que a retirada do preso da sociedade, da forma como se dá atualmente, somente alimenta o desejo de vingança dos demais cidadãos em relação ao infrator. Frise-se que a execução penal não é uma forma de vingança e sim uma forma de “reeducar” o condenado aprisionado, de modo a facilitar sua reinserção na sociedade. Deve-se afastar do imaginário social a ideia de “desumanização do condenado”, uma vez que este é parte importante da sociedade e, especialmente, fruto da mesma.

Utilizando como exemplo o projeto piloto desenvolvido na região de Santiago do Chile – a Política de Ressocialização: *Volver a Confiar* – elaborado a partir da exploração dos problemas intra e pós- cárcere, esse trabalho pretende demonstrar, conforme será abordado adiante, que é possível tornar a ressocialização do aprisionado uma realidade, tendo em vista as semelhanças que existem entre a realidade do país sede deste modelo com o cenário brasileiro.

### 3 VOLVER A CONFIAR – RELATOS DA EXPERIÊNCIA CHILENA DE RESSOCIALIZAÇÃO

#### 3.1 Introdução ao programa

*“Personas que requieren de una segunda oportunidad o una tercera o las que sean necesarias. Pero oportunidades que les permiten realmente pararse de outro modo frente al mundo. Y que nos autoricen a todos a exigir con propiedad um cambio”*<sup>116</sup>

Volver a Confiar Caminos para La Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos  
Universidad de Chile

O presente estudo pretende abordar, de forma sucinta, o desenvolvimento do projeto de política pública de ressocialização de egressos do sistema penitenciário, executado no município de La Pitana em Santiago do Chile, denominado *Volver a Confiar: Caminos Para La Integración Post Carcelaria*.

O projeto em análise se materializa através de estudos desenvolvidos pelo *Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana* do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile com o intuito de apoiar instituições públicas no desenho de políticas capazes de reduzir os índices de população carcerária e a aperfeiçoar a realidade da segurança pública daquele país, especificamente mediante a intervenção na área de reinserção pós-carcerária.

Trata-se de projeto piloto que objetiva apoiar os processos de reintegração social de condenados por infrações penais, mediante o acompanhamento individualizado do retorno do egresso à sua comunidade, bem como através da ampliação de seu acesso a serviços e programas sociais disponíveis na própria comunidade, visando, desta forma, alcançar um modelo de socialização local.<sup>117</sup>

A realização do programa teve seu início em março de 2008 e se desenvolveu ao longo de três anos de investigação teórica e empírica, a qual contou com uma equipe de profissionais especialistas nas áreas de psicologia, advocacia e sociologia e com um grupo de

---

<sup>116</sup>VIAL, Paula; et al. Prefacio. In: *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 6.

<sup>117</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.



beneficiários de 31 egressos, sendo 22 homens e 9 mulheres, e seus familiares, totalizando em cerca de 150 pessoas participantes.<sup>118</sup>

Os participantes foram selecionados a partir dos seguintes critérios: *(i)* tipo de delito: aqueles que cometerem qualquer delito sexual não foram selecionados, *(ii)* o regime a que foi condenado: fechado e *(iii)* a comunidade a qual retornariam: *La Pintana*.

Os estudos realizados no âmbito deste programa permitiram a constatação por parte de Carolina Villagra e os demais profissionais envolvidos na elaboração do programa de que os condenados com maior necessidade de apoio no processo de reinserção social eram aqueles que cumpriam pena privativa de liberdade. Isso em razão tanto do seu perfil sócio-demográfico e criminológico, bem como das consequências da sua passagem pelo cárcere, as quais geralmente agravam as condições pré-existent de exclusão e marginalidade social, dificultando sua integração à sociedade e suas possibilidades de manter-se afastado do delito.<sup>119</sup>

Antes do início do programa era possível constatar um cenário crítico nas penitenciárias chilenas, composto por situações alvos de preocupação dos profissionais na implantação do programa, como, por exemplo, uma diminuição considerável na concessão de benefício aos presos e a precariedade em programas educacionais, laborais ou de apoio ao retorno ao meio livre. Essas e mais questões acabavam por lançar resultados também no meio livre, tais como o alto nível de vitimização nas regiões de maior retorno dos presos. Da problemática encontrada, concluiu-se pela evidente importância de um programa dirigido ao preso à reinserção a comunidade.<sup>120</sup>

### 3.2 As bases teóricas para a criação desse programa

*“Y guardaba en ello una razón universal. La libertad es no sólo uno de los derechos más preciados del ser humano sino uno de los pilares de una sociedad democrática, que debe velar por su resguardo permanente, procurando las mejores herramientas para permitir el retorno a aquella de*

---

<sup>118</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>119</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para La construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 31

<sup>120</sup>*Id. Ibid.*, p. 33

*quines equivocando el camino, se han visto privados de tan preciada joya. Volver a confiar nos enseñ el camino.”*<sup>121</sup>

Volver a Confiar Caminos para La Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile

### 3.2.1 Conceitos básicos

Para uma melhor apresentação do programa piloto faz-se necessário perpassar alguns conceitos básicos inerentes ao modelo adotado, sendo eles: *(i)* programa; *(ii)* programa piloto; *(iii)* reinserção social; *(iv)* reinserção pós carcerária e *(v)* intervenção a nível local.

De início, é fundamental a conceituação do termo “programa”. Segundo Consuelo Valderrama, programa consiste em um conjunto de ações coerentes e intencionadas a um fim específico, objetivo, determinado, seguindo-se uma dada metodologia. Sendo o objetivo, a solução de um determinado problema.<sup>122</sup>

Por sua vez, o termo “programa piloto”, foi estabelecido no *Volver a Confiar* como o modelo reservado a se preocupar com problemas da realidade do encarceramento, antes desconsiderados, visando implementar, modificar ou eliminar certo elemento.<sup>123</sup>

Já a “reinserção social”, segundo Carolina Villagra, é o processo que tem seu início com a entrada do preso ao cárcere e apenas se finaliza quando este vier a retornar a comunidade livre. O processo deve buscar envolver o máximo de elementos individuais, bem como elementos sociais da comunidade de retorno. A reinserção abrange todas as atividades exercidas pelos presos, familiares, bem como organizações públicas, privadas e atividades de terceiros voluntários, e tem como objetivo garantir as melhores formas de retorno à sociedade pelo egresso, bem como aprimorar as questões relacionadas à segurança pública.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup>VIAL, Paula; et al. Prefacio. In: *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 12.

<sup>122</sup>VALDERRAMA, Consuelo. El difícil paso de programa a política pública.. In : *Debates Sociales - Asesoría para el Desarrollo*: Santiago. 2007. Disponível em: [http://pt.scribd.com/doc/38081996/EL-DIFICIL-PASO-DE-DE-PROGRAMA-A-POLITICA-PUBLICA]. Acesso em: 26/09/2013.

<sup>123</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 33

<sup>124</sup>VILLAGRA, Carolina. Hacia una política postpenitenciaria em Chile: desafíos para la reintegración de quienes salen de la cárcel. In: *Revista Electrónica Debates Penitenciarios*. Santiago do Chile, n. 7, p. 55, set. 2008.

Para desenvolver o conceito de reinserção, o Ministério da Justiça do Brasil parte da ideia de exclusão social, que é a privação do indivíduo a “sistemas sociais básicos, como família, moradia, trabalho formal ou informal, saúde”, entre outros. Nesse contexto, a reinserção é definida como meio de restabelecimento do acesso a esses sistemas sociais básicos para que o egresso possa exercer com plenitude seus direitos de cidadania.<sup>125</sup>

O projeto piloto tratado neste trabalho teve como um dos enfoques principais a “reinserção pós-carcerária” que, ainda segundo a autora Carolina Villagra, trata-se de todos os meios, normas e ações que tornam mais fácil o retorno e a participação na sociedade de regresso para o egresso.<sup>126</sup>

Por fim, no que diz respeito aos conceitos básicos anteriormente enumerados, vale pontuar, como assinala a autora, que o programa chileno em estudo se desenvolveu a nível local, em um determinado território, destinado a pessoas específicas, considerando sua organização formal e informal e a relação entre todos os elementos de um dado território.<sup>127</sup>

Ao determinar uma comunidade específica de estudo, considerou-se que esta era administrada por certo município, e, para conceituar “município” o projeto utilizou a explicação estabelecida pelo artigo 1º da Lei Chilena nº 18.698, *in verbis*:

“[...] *corporaciones autónomas de derecho público, com personalidad jurídica y patrimonio propio, cuya finalidad es satisfacer las necesidades de la comunidad local y asegurar se participación en el progreso económico, social y cultural de las respectivas comunas.*”<sup>128</sup>

Ressalte-se, portanto que o projeto chileno *Volver Confiar* teve como escopo o desenvolvimento de um trabalho em nível municipal – a princípio, o município de *La Pintana* – de forma a estabelecer um programa mais específico e, conseqüentemente, buscando resultados mais expressivos e em consonância com as particularidades sociais, políticas e culturais de cada uma das localidades em que viesse a ser aplicado no futuro.

---

<sup>125</sup>BRASIL. Ministério da Justiça. Tratamento, Reinserção Social, definição. Disponível em: [http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id\_conteudo=11437&rastra=TRATAMENTO%2FReinser%C3%A7%C3%A3o+Social/Defini%C3%A7%C3%A3o]. Acesso em: 07/10/2013.

<sup>126</sup>VILLAGRA, Carolina. Hacia una política postpenitenciaria em Chile: desafios para la reintegración de quienes salen de la cárcel. In: *Revista Electrónica Debates Penitenciarios*. Santiago do Chile, n. 7, p. 55, set. 2008.

<sup>127</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 34.

<sup>128</sup>CHILE. Lei 18.698. *Apud* VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009. Pag.35.

### 3.2.2 Princípios orientadores do programa

Tendo em vista que o programa em tela teve como beneficiário um grupo de indivíduos com características peculiares e sensíveis – apenados e seus familiares – foi fundamental que o trabalho se norteara por padrões éticos, tendo sido estabelecidos, para tanto, alguns princípios orientadores.

Os princípios que puderam ser destacados são: (i) respeito à dignidade da pessoa humana; (ii) enfoque orientado às pessoas; (iii) ênfase nos aspectos positivos e nas capacidades das pessoas; (iv) ênfase na integração; (v) adesão voluntária ao programa; (vi) respeito às vítimas diretas ou indiretas do delito; (vii) excelência profissional; (viii) perspectiva de gênero; (ix) intervenção consistente e coerente com todos os princípios técnicos e éticos.<sup>129</sup>

O princípio da dignidade da pessoa humana se destaca como o principal norteador dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do programa em análise, sendo relevante, para sua melhor elucidação, transcrever o que preconiza Alexandre de Moraes:

“A dignidade da pessoa humana: concede unidade aos direitos e garantias fundamentais, sendo inerente às personalidades humanas. Esse fundamento afasta a ideia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado Nação, em detrimento da liberdade individual. A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito de Felicidade.”<sup>130</sup>

No estabelecimento da metodologia que seria utilizada para a execução dos trabalhos houve uma clara preocupação com os direitos, deveres e liberdades de todos os indivíduos beneficiários. A razão de ser deste cuidado pode ser melhor entendida quando considerados alguns pontos relevantes relacionados à violação dos direitos humanos no âmbito da criminologia, os quais são enumerados por Zaffaroni e Edmundo Oliveira da seguinte forma:

- a) os efeitos discriminatórios e estigmatizantes de uma sentença criminal;
- b) insubordinação dos condenados contra a caótica condição das prisões;

---

<sup>129</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 34.

<sup>130</sup>MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 29. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 18.

c) a rejeição da sociedade ao preso, ante a decepção com o uso da pena privativa de liberdade.”<sup>131</sup>

Já em relação ao “enfoque orientado às pessoas”, o programa tem a proposta de humanizar a conduta do indivíduo, afastando o caráter estigmatizador do aprisionado, enaltecendo os aspectos positivos, as capacidades, habilidades e fortalezas do mesmo.<sup>132</sup>

O estereótipo ao qual o aprisionado é vinculado na situação de encarceramento já causa, por si só, sofrimento demasiado. A rotulação negativa àqueles que delinquiram acaba por gerar um ciclo negativo, como explana Lola Aniyar, levando o indivíduo a agir de acordo com aquilo que se espera dele. O preso acaba desacreditado de si mesmo, o que torna clara a necessidade de um restabelecimento de autoconfiança.<sup>133</sup>

A cautela ao lidar com este aspecto preconceituoso de rotulação é ainda exarada por Jorge da Silva:

“Se não se tomar essa precaução vamos continuar reproduzindo a ideologia de que os criminosos em potencial são os pobres, por questões econômicas, e os negros, por uma predisposição atrativas para o crime”<sup>134</sup>

O princípio da “ênfase na integração”, por sua vez, segundo Carolina Villagra, diz respeito ao fato de o programa não ter como objetivo modificar o indivíduo aprisionado, tendo sido composto por ações que pudessem proporcionar ao indivíduo oportunidades para que ele escolha voluntariamente aquilo que espera ser o melhor caminho para o seu retorno à sociedade. Sendo assim, os trabalhos não intencionaram alterar a condição do preso e sim suas condições para seu regresso.<sup>135</sup>

Importa ressaltar que o Programa *Volver a Confiar* demonstrou preocupação também em relação às vítimas, aquelas pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo delito ora

---

<sup>131</sup>ZAFFARONI, Raúl Eugenio e OLIVEIRA, Edmundo. *Criminologia e política criminal*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ. 2010, p. 474.

<sup>132</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p.35.

<sup>133</sup>CASTRO, Lola Aniyar de. *Pensamento criminológico: Resumo gráfico e seu reflexo institucional* – da criminologia clássica à criminologia dos direitos humanos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 34.

<sup>134</sup>SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 125.

<sup>135</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 35.

praticado pelo indivíduo beneficiário. Houve também o cuidado com qualquer pessoa que se sentisse desrespeitada ou prejudicada pelas ações do programa piloto.<sup>136</sup>

De fato, é de grande relevância a preocupação acima mencionada, uma vez que, como narra Ester Kosovski, em regra, os trabalhos relacionados à reintegração de egressos têm como foco o crime e no criminoso, deixando a vítima em segundo plano. A necessidade de trazê-la para participar do processo é fundamental para proposição de um cenário hábil à reinserção do egresso.<sup>137</sup>

Segundo Carolina Villagra, em relação à “perspectiva de gênero”, o programa se atentou às necessidades e peculiaridades dos homens e das mulheres participantes. Foram realizados trabalhos e procedimentos específicos para cada gênero, para que não fossem universalizados características e elementos eficazes apenas para um dos grupos, buscando, dessa forma, um trabalho efetivo de acordo com as peculiaridades tanto dos homens quanto das mulheres.<sup>138</sup>

Os princípios estabelecidos na metodologia orientadora do programa, de acordo com a autora, visam a orientar o trabalho dos profissionais envolvidos, sendo que o princípio da “excelência profissional” primou pelo compromisso destes, buscando um trabalho de excelência, com o uso de meios éticos e técnicos.<sup>139</sup>

O último princípio estabelecido, a “intervenção consciente e coerente com todos os princípios técnicos e éticos”, ainda de acordo com Carolina Villagra determina a observância de todos os princípios anteriormente abordados para o melhor desenvolvimento do modelo planejado.<sup>140</sup>

### 3.2.3 Estabelecendo estratégias

Para o estabelecimento das estratégias de execução do programa, foram utilizados os resultados do estudo anteriormente feito pelo *Centro de Estudios em Seguridad*

---

<sup>136</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 36.

<sup>137</sup>KOSOVSKI, Ester. As novas formas de proteção à vítima. In: *Temas de vitimologia*. Sociedade brasileira de vitimologia. Organização: Ester Kosoviski e Elida Séguin. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2000, p. 21-22.

<sup>138</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 36.

<sup>139</sup>*Id. Ibid.*

<sup>140</sup>*Id. Ibid.*

*Ciudadana* “*Hacia una Política Post Penitenciaria en Chile*”. O estudo fundou-se em pesquisa comparada das políticas públicas realizadas dentro das penitenciárias e aquelas feitas para o egresso no país chileno. A partir deste estudo foi estabelecida uma estratégia ação tomando como base cinco pressupostos chaves: (i) estabelecimento das dimensões críticas a serem trabalhadas, (ii) a relevância da abrangência a nível local, (iii) o acompanhamento individualizado, bem como (iv) um desenrolar de um trabalho familiar e comunitário e por fim (v) a avaliação periódica.<sup>141</sup>

O primeiro requisito crítico determina a necessidade do estabelecimento de “dimensões críticas” a serem abordadas pelo programa piloto. Tais dimensões serão as áreas de intervenção a serem trabalhadas, estando estas pré-determinadas e consideradas indispensáveis à reintegração social daquele que se encontrava aprisionado. As áreas de desenvolvimento consideradas foram: educação, emprego, saúde física e mental, direitos civis, família, casa e integração comunitária, as quais estão descritas pormenorizadamente a seguir.<sup>142</sup>

No que tange à área da educação, ressalta-se que esta abrange a educação básica e média bem como a educação técnica e de capacitação de forma a melhorar as habilidades e consequentemente sua inserção no mercado de trabalho.<sup>143</sup>

A educação desempenha um papel importante no desenrolar do programa, uma vez que se caracteriza como fator de ascensão de qualquer indivíduo. O acesso ao estudo capacita o indivíduo, possibilitando um futuro mais promissor. Fornecer oportunidade de estudo ao condenado significa aumentar a possibilidade de reinserção. Limitar o direito aos estudos somente àqueles com condições gera um “círculo vicioso”, marginalizando e estigmatizando cada vez mais o condenado. Nesse sentido expõe Aniyar:

“Se considerarmos que em nosso continente o nível de escolarização é o que determina as possibilidades de mobilidade social vertical, encontramos então num círculo vicioso: ter recurso é igual a elevados níveis de instrução e informação, igual a possibilidade ocupacionais, igual a oportunidade de aceder a cargos diretivos, igual a ter recursos”.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês en libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>142</sup>*Id. Ibid.*

<sup>143</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar. in. Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p.37.*

<sup>144</sup>CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p. 159.

A área de emprego refere-se às atividades exercidas de forma remunerada. O programa se propôs a estimular uma relação de trabalho, formal ou informal, por no mínimo três meses para acumulação de recursos materiais e implementação de habilidades nessa área.<sup>145</sup>

O estímulo ao trabalho pelo programa acaba por ter função dupla no auxílio ao retorno a vivência em sociedade. A primeira diz respeito ao suprimento de condições financeiras para a própria sobrevivência do egresso e a segunda está indiretamente ligada à reincidência.

Como expõem Walter Fernandes e Newton Fernandes, o emprego é motivação para uma vida sociável, ou seja, sem delinquir. Nos dizeres dos mencionados autores:

“Quando os níveis de ocupação profissional permanecem estagnados, impedindo que novos contingentes populacionais ingressem no mercado de trabalho, é evidente que essa situação se torna uma verdadeira “bola de neve”, aumentando o número de desempregados. Paralelamente, não possuindo a economia força para absorver a demanda de trabalho, passa a refletir na queda das taxas de investimento, ocasionando uma situação de causa e efeito que, interagindo entre si, passa a determinar o desemprego voluntário que desestabiliza a economia (por não haver investimento), contribuindo para a falta de segurança e paz sociais, favorece a ocorrência de verdadeira patogenia de grupos comunitários: daí à prática de ações antissociais o pulo é muito pequeno.”<sup>146</sup>

No que diz respeito à “Saúde Física e Mental” buscou-se o conceito do indivíduo completo em bem estar físico, mental e social. *Volver a Confiar* orientou-se de modo a facilitar a integração do aprisionado a serviço de prestações ao cuidado da saúde proporcionando uma melhora na qualidade de vida.<sup>147</sup>

Já a questão dos “Direitos Civis” se deu no sentido de restabelecer o *status quo* do apenado perante a lei, ou seja, se resume a retomar a igualdade de condições para todos os indivíduos. Conquanto estimula o retorno à vida cidadã, exercendo seu pleno direito “*particularmente ejerciendo el derecho de omitir y eliminar antecedentes penales.*”<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar.* in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 37.

<sup>146</sup>FERNANDES, Valter e FERNANDES, Newton. *Criminologia integrada*. 3. ed. Rev. Atual. Ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 253.

<sup>147</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar.* in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 36.

<sup>148</sup>*Id. Ibid.*



Nas questões relacionadas à “Família”, o programa deu enfoque àquelas pessoas que possuem laços tanto sanguíneos quanto afetivos com o futuro egresso. Foram enfatizadas as relações familiares e a busca da integração saudável entre eles.<sup>149</sup>

De outro lado, quando se faz menção ao elemento “Casa”, está-se referindo a um lar estável para vida do indivíduo e sua família buscando sempre uma melhoria nas condições de vida. Em relação a este elemento, o projeto buscou soluções habitacionais por meio de ajuda estatal.<sup>150</sup>

O lar é o exemplo e apoio para todo indivíduo, pois conforme evidencia o estudo feito por Carolina Villagra, uma moradia em condições precárias acaba por gerar uma distorção de valores naqueles que habitam, assim como ocorre em vielas, favelas, na maioria das vezes.<sup>151</sup> A investida do projeto em auxiliar em uma casa, e um lar favorável afasta o participante da prática de delitos e o traz pra perto da sociedade.

Por fim, o quesito “Integração Comunitária”, ainda de acordo com a autora mencionada, visa à integração do egresso à comunidade em que habita, tendo como foco as participações religiosas, desportivas, culturais, entre outras participações. Com isso, busca-se a criação de laços entre egresso, familiar e sua comunidade.<sup>152</sup>

A participação comunitária é requisito preponderante para o bom resultado do programa, uma vez que a cultura latino-americana, conforme narra Jorge da Silva, é essencialmente paternalista e individualista e acaba por ser carente do espírito comunitário.<sup>153</sup>

Sendo assim, é de extrema importância uma gestão de programas de incentivo à participação do egresso na comunidade, por parte do Estado, para que não ocorra o surgimento de sociedades marginalizadas com a própria orientação. Nesse passo dispõe Jorge da Silva:

“Se o Poder Público não se antecipar a esse esforço comunitário, terá que amargar a sua impotência diante de sociedades paralelas, com ‘ordenamento jurídico’ próprio e com sistemas de valores diferentes dos da sociedade

---

<sup>149</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 36..

<sup>150</sup>*Id. Ibid.*

<sup>151</sup>FERNANDES, Valter e FERNANDES, Newton. *Criminologia integrada*. 3. ed. Rev. Atual. Ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 352.

<sup>152</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 37-38.

<sup>153</sup>SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 117.

organizada, como é o caso da ‘lei’ de algumas favelas e comunidades carentes [...].”<sup>154</sup>

Do narrado, extrai-se o caráter fundamental da participação do egresso na comunidade. O estímulo por parte do Estado traz o ex aprisionado às relações indispensáveis para a melhor adaptação à sociedade livre.

Superada a explanação acerca dos elementos que compõem o primeiro requisito para o delineamento da estratégia do programa, qual seja, o “estabelecimento das dimensões críticas”, passa-se à análise do segundo requisito que, de acordo com Carolina Villagra, demonstrou a relevância da redução da “abrangência” dos trabalhos, no caso, a um nível local, tornando possível uma ação mais direcionada e especializada, de modo a possibilitar o acesso dos participantes aos serviços de sua própria comunidade.<sup>155</sup>

Nesse passo, foi possível identificar características sociais, culturais, econômicas e criminológicas específicas para, então, dar a resposta correta para determinado local.<sup>156</sup>

O terceiro requisito, do “acompanhamento individualizado”, foi adotado em razão dos resultados da pesquisa realizada em modelos internacionais por Carolina Villagra e os demais formuladores do programa. Essas pesquisas demonstraram maior eficácia dos trabalhos desenvolvidos especificamente com cada participante do que aqueles destinados a um grupo de pessoas.<sup>157</sup>

A estratégia foi adotada, segundo Villagra e co-autores do projeto, no intuito de estabelecer a aproximação entre profissional e o indivíduo privado de liberdade para que fossem criados laços de confiança, restituindo o caráter e a auto-estima do apenado,

---

<sup>154</sup>SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 118

<sup>155</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>156</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Asunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 38.

<sup>157</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

estabelecendo um compromisso entre os envolvidos de modo a forjar a formação de um cenário de melhor reinserção.<sup>158</sup>

Ainda conforme os mencionados autores, o quarto requisito estabelece a importância de se estender o trabalho para a “família e a comunidade” do aprisionado vez que ela é referência para o participante. Como família se entende toda pessoa que tem influência emocional no indivíduo e por tanto papel fundamental na sua integração aos grupos comunitários que farão parte do seu dia a dia.<sup>159</sup>

A família desempenha papel de grande relevância na transição do cárcere – vida livre. As pessoas emocionalmente envolvidas com o condenado representam um suporte para o seu processo de reintegração, tanto nos momentos em que ainda se encontram presos como quando retornam para a vida em liberdade. Nesse sentido, o programa se preocupou em trabalhar no âmbito familiar para tornar esse suporte presente e efetivo.

Como bem expressa Álvaro Mayrink da Costa, a família representa o afeto para o preso, suprimindo sua carência. Estudo apresentado pelo mencionado autor mostra que o crime e a carência têm ligação específica. Confira-se, *in verbis*:

“A ligação entre a *carência* e o *crime* é proporcionado pela assertiva de que a carência prejudica fortemente a capacidade para construir relações afetivas com os outros, que podem então ser prejudicados sem remorsos. A criança carente se torna o furtador sem afeto.”<sup>160</sup>

Tendo em vista o importante papel desempenhado pela família, Carolina Villagra registra que o programa focou-se em fortalecer o processo de retorno do egresso à comunidade, bem como em cooperar para o estabelecimento bases fortes e consolidadas para as famílias de ex-reclusos. Daí a exigência de que cada participante identificasse um membro da família que seria o seu maior apoio, aquele em quem mais confiava de seus familiares. Esta pessoa seria o elo de integração entre programa e família.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 39.

<sup>159</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>160</sup>COSTA, Álvaro Mayrink da. *Raízes da sociedade criminógena*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 1997, p. 322.

<sup>161</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 49.

Durante os estudos realizados para a elaboração do programa foi identificado que uma das principais diferenças entre os ex-detentos que voltavam a delinquir depois de livres dos que não voltavam era a presença do apoio familiar.<sup>162</sup>

O quinto e último requisito diz respeito à “avaliação periódica”, ou seja, uma vez que o objetivo do projeto piloto é desenvolver um modelo que sirva para aplicação efetiva, é fundamental que este seja periodicamente avaliado.<sup>163</sup>

A avaliação permanente do programa tem caráter relevante tanto durante o processo bem como depois dele. A avaliação visa ao *feedback*<sup>164</sup> daqueles envolvidos para melhor implementar o modelo em outras realidades, acabando por medir os resultados da efetividade do programa.<sup>165</sup>

Nesse passo, análises feitas no processo de avaliação do programa permitiram identificar três períodos críticos: um mês antes da saída da prisão, um mês após a convivência no meio livre e seis meses após a saída.

Para a estratégia acima abordada – de interação profissional e indivíduo para a reinserção direcionada –, foram seguidos os passos sugeridos pelo modelo APIC<sup>166</sup>, que foi desenvolvido em três momentos. O primeiro através da elaboração conjunta de um diagnóstico pelo profissional e o apenado, pontuando suas necessidades. Na oportunidade o profissional avalia o nível de comprometimento por parte do condenado com o programa, com vistas a

---

<sup>162</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 49.

<sup>163</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>164</sup>INFOPEDIA. Tradução livre: retroalimentação. “1. Reenvio à origem de informação sobre o resultado de um trabalho efetuado; 2. Retroação, retorno; 3. Reação, resposta” Disponível em: [http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/feedback?jsessionid=zaovpxA0XRltRVwXMVnl+A\\_\\_](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/feedback?jsessionid=zaovpxA0XRltRVwXMVnl+A__). Acesso em: 8.10.2013. 10:12.

<sup>165</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 51

<sup>166</sup>APIC, assess, plan, identify and coordinate. “Policy makers in Maine and around the country face the serious challenge of addressing the needs of people with mental illness involved in the criminal justice system. There are a number of strategies that can be used to ensure a successful transition from jail. These reentry strategies gauge inmates’ needs and connect them to appropriate services. The following is a description of a type of reentry strategy which is considered a best practice approach by the GAINS Center, which works to help states develop collaboration among criminal justice, substance abuse and mental health systems.” Tradução livre: APIC: acesso, planejamento, identificação e coordenação. O programa foi desenvolvido em Maine, Inglaterra, como ferramenta para reintegração social de egressos com distúrbio mental e envolvimento com drogas. Tem como finalidade estabelecer estratégias específicas para produzir bons resultados. Disponível em: [\[http://muskie.usm.maine.edu/justiceresearch/Publications/Adult/MH\\_APIC\\_%20Brief.pdf\]](http://muskie.usm.maine.edu/justiceresearch/Publications/Adult/MH_APIC_%20Brief.pdf). acesso em: 08.10.2013, 09:39.

desenhar uma estratégia que o atenda de forma específica. O segundo momento diz respeito exatamente à elaboração de um “Plano de Reinserção Individualizado – PRI”, que também é formatado conjuntamente pelo profissional e o participante. O ultimo momento diz da implementação do plano no meio livre, também com o auxílio do profissional.<sup>167</sup>

Para a elaboração e implementação do projeto piloto foram estudadas várias pesquisas internacionais, sendo aplicados alguns dos modelos estudados. A estratégia de interação entre profissional e indivíduo deu-se embasada na teoria dos “Quatro C”, como parâmetro ideal; modelo este utilizado na Inglaterra<sup>168</sup>, que consiste nos elementos nucleares: consistência, compromisso, consolidação e continuidade.

Conforme adverte Carolina Villagra, esses elementos são designativos de que o egresso tem que perceber consistência nos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais que o acompanham, bem como deve sentir ser esse trabalho genuíno e comprometido. Todo trabalho feito deve ser incutido na rotina do egresso para se tornar aprendizado, a fim de que ocorra a consolidação das mensagens e estudos feitos na integração profissional do egresso, sob pena de o programa não lograr efeito em seu propósito. Ademais, assevera ser necessária a continuidade do programa para que ele seja efetivo.<sup>169</sup>

Por fim, vale pontuar que visando à avaliação do projeto foram estabelecidas algumas “regras” para sua aplicação: seleção das comunidades; seleção das instituições penais; seleção dos participantes, os quais: (i) devem participar voluntariamente, contando com um apoio externo na família, (ii) devem regressar à comunidade por ele escolhida, (iii) devem ser egressos no período indicado (maio de 2008 a 2009), (iv) não podem ter sido condenados por delitos sexuais. Reduzindo, assim, a atuação do programa, tornando-o o mais específico possível e, consequentemente, com respostas mais eficazes.

Estes são, pois, os grandes marcos que delineiam o programa chileno de reintegração social do preso, adotado como referencial deste trabalho.

---

<sup>167</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 45.

<sup>168</sup>NOMS, Congresso realizado em Vancouver, Canadá. No ano de 2006. Disponível em: [<http://noms2006.ieee-noms.org/>]. Acesso em: 08.10.2013.

<sup>169</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 44.

### 3.3 O pré-retorno ao convívio em sociedade

*“Las personas, porque eso son, que cumplen condenas sólo están destinadas a perder su libertad, mas no su dignidad y, por ello, es fundamental realizar un trabajo serio de rehabilitación como un imperativo que debe hacerse realidad urgentemente.”<sup>170</sup>*

Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos  
Universidad de Chile

O projeto-piloto do programa chileno de reinserção social do preso – *Volver a Confiar* – teve duração total de dois anos, segundo registros de Carolina Viano, e foi dividido em duas partes. A primeira fase: Pré-egresso, voltada a trabalhar com o participante durante o período final do encarceramento, e na segunda fase: Pós-egresso, trabalhando com o egresso no meio livre, através de um acompanhamento individualizado.<sup>171</sup>

Para a preparação da reinserção foram realizadas amplas pesquisas nas obras e projetos internacionais que acabaram por concluir pela importância de um trabalho pré-egresso, de forma a iniciar o preparo para a vida livre do condenado. Nesse sentido extrai-se do projeto *Volver a Confiar Caminos para La Integración Post Carcelaria*, *verbis*:

*“Un programa de apoyo a la reinserción de quienes han cumplido apenas privativas de libertad, debe comenzar antes de que el condenado(a) finalice la ejecución de la pena, a fin de que esta persona establezca vínculos con los profesionales que apoyarán su reintegración social en el medio libre y reflexione sobre algunos temas relacionados con La proximidad del término de su condena. En la experiencia de países desarrollados, los programas de rehabilitación y reinserción identifican como fundamental comenzar a preparar a los reclusos antes de su egreso de la cárcel, a través de una intervención integral orientada a disminuir las probabilidades de reincidencia delictiva.”<sup>172</sup>*

Pontua Carolina Viano que a fase intra-carcerária teve duração de cerca de seis meses, sendo que os meses de trabalho do programa dentro da prisão corresponderam aos meses finais da execução da pena dos participantes, a partir da aceitação voluntária deles, findando-se com a transição para os trabalhos pós saída da prisão.<sup>173</sup>

<sup>170</sup>VIAL, Paula; et al. Prefacio. In: *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 7.

<sup>171</sup>VIANO, Carolina. *Preparando a los reclusos para su regreso a la libertad: la experiencia en el centro de detención preventiva Santiago sur en el centro penitenciario femenino*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. Santiago. 200, p. 61.

<sup>172</sup>*Id. Ibid.*, p. 62.

<sup>173</sup>*Id. Ibid.* p. 69.

As penitenciárias escolhidas como objeto do programa foram o *Centro Penitenciario Feminino* e o *Centro de Detención Preventiva Santiago Sur*. E o objetivo central deste primeiro momento, segundo Carolina Vilagra, é estabelecer vínculos entre os profissionais e os participantes do programa, bem como juntar informações importantes para o retorno do preso a vida em sociedade.<sup>174</sup>

A primeira etapa – Pré-egresso, de acordo com Carolina Viano, vem como momento de reflexão sobre os possíveis desafios que enfrentarão na vida livre, bem como refletir sobre suas expectativas. Nesta fase foram feitas reuniões individuais e em grupos, a fim de identificar as necessidades, curiosidades, risco, repassar informações básicas para o retorno à vida em sociedade livre, bem como diagnosticar a motivação para a participação no programa.

Neste momento, ainda conforme Carolina Viano, é que foi desenvolvido o referido Plano de Reinserção Individualizado - PRI, elaborado em conjunto pelo participante e o profissional envolvido, com a finalidade de traçar metas e estratégias observando-se a peculiaridade de cada envolvido.<sup>175</sup>

Paralelamente ao trabalho individualizado, foi estabelecido contato com um representante da família, conforme escolha pelo aprisionado, que serviu de elo de ligação e principal apoio ao participante. Os trabalhos no âmbito familiar ocorram por meio de entrevistas que permitissem conhecer a família do aprisionado, bem como saber como seus integrantes esperavam o retorno do seu parente, além de diagnosticar como foi para eles a permanência do participante no cárcere.<sup>176</sup>

Vale enfatizar que o programa primou, em todos os momentos, pela voluntariedade na participação do condenado, de modo que só aprisionados que se interessassem e preenchessem os requisitos exigidos pelo programa puderam participar. Portanto, participante algum foi forçado ou coagido a participar do programa *Volver a Confiar*, inclusive porque o projeto também se propõe a fomentar que o aprisionado assuma compromisso, acima de tudo consigo mesmo, na media em que o encarcerado é o principal responsável pela sua reintegração na sociedade. A propósito, merece citação o quanto segue:

---

<sup>174</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009..

<sup>175</sup>Id. *Ibid.*

<sup>176</sup>Id. *Ibid.*

*“[...] los profesionales deben considerar al condenado como um sujeto activo en su proceso de reinserción, identificando la motivación del sujeto como um elemento clave para la ejecución de um programa de esta naturaleza.”<sup>177</sup>*

Assinale-se que alguns desafios marcaram essa primeira fase do programa (pré-egresso), tais como dificuldade de espaço nas penitenciarias para a execução dos trabalhos planejados, falta de tempo dos presos para entrevistas, impontualidade dos participantes nas reuniões, vez que havia muita burocracia dentro das penitenciárias para liberá-los. Na penitenciária feminina ainda houve dificuldade no acesso a informações fundamentais acerca das condenadas, o que tornou mais difícil o trabalho.<sup>178</sup>

Apesar das dificuldades apresentadas não houve empecilhos que acarretassem a descontinuidade dos trabalhos. Os obstáculos foram levados a apontamentos para efeito de posterior aprimoramento do projeto.

### **3.4 De volta ao lar**

*“Los participantes que no contaron com un apoyo familiar constante mientras estaban encarcelados, y por ende tuvieron menor información de lo que ocurría em el medio libre, fueron quienes experimentaron mayor temor frente a la incertidumbre que implicaba su regreso a casa.”<sup>179</sup>*

Debates Penitenciários

#### *3.4.1 A fase pós-cárcere*

A fase pós-cárcere, no programa, teve como marco o fim da execução da pena, a liberdade do indivíduo e o início dos trabalhos na sociedade livre, conforme expõe Carolina Villagra. O período a ela destinado teve duração de nove meses de trabalho desenvolvido na comunidade de *La Pintana*. A estratégia principal desse momento consistiu na

---

<sup>177</sup>VIANO, Carolina. *Preparando a los reclusos para su regreso a la libertad: la experiencia em el centro de detección preventiva Santiago sur en el centro penitenciário femenino*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. Santiago. 200, p. 65.

<sup>178</sup>*Id. Ibid.*, p. 80-81.

<sup>179</sup> VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.



gestão individualizada dos casos, mediante o acompanhamento de psicólogo do programa e adoção de meios que facilitam a integração do participante em trabalhos da comunidade.<sup>180</sup>

O estado motivacional de cada participante era um aspecto de importante observação, ainda nos temos de Carolina Villagra, pois a partir desse dado poderia estabelecer o grau de comprometimento do egresso na relação com o programa *Volver a Confiar*, e assim traçar estratégias que promovam melhor forma de reinserção.<sup>181</sup>

Consigne-se que, com a finalidade de se avaliar o nível motivacional dos participantes, o programa utilizou como instrumento o “*Modelo Transteórico del Cambio, de Prochaska y Prochaska*”<sup>182</sup>, que nos termos de Carolina Villagra e outros especificam cinco estados motivacionais: pré-contemplação, contemplação, preparação, atuação e manutenção.<sup>183</sup>

Para eles, dá-se o estado de pré-contemplação quando a pessoa não consegue realizar, pensar que sua transição à sociedade livre acontecerá em pouco tempo, permanecendo na defensiva. No segundo estado, o de contemplação, a pessoa encarcerada começa a acreditar na possibilidade de ocorrer a mudança nos próximos meses, sendo que o estado motivacional de preparação diz respeito ao momento que ele se encontra preparado para a transição, enquanto que o estado de atuação e o de manutenção dizem respeito à fase pós carcerária, compreendendo os seis meses de seu transcurso.<sup>184</sup>

Destaque-se que das trinta e uma pessoas que iniciaram o programa *Volver a Confiar* somente vinte e seis continuaram no momento que entraram em liberdade, e no desenrolar desta fase apenas dezessete era o número de participantes ativos no programa, sendo onze homens e seis mulheres.<sup>185</sup>

---

<sup>180</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>181</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 92.

<sup>182</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>183</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. in. *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 43.

<sup>184</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>185</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 113.

### 3.4.2 Os primeiros meses de reinserção

Conforme demonstrou o Instituto VERA de Justiça, o primeiro mês de liberdade é considerado como o momento mais crítico, segundo a avaliação de projetos de ressocialização de outros países. Trata-se do momento em que as preocupações têm potencial para se materializarem.<sup>186</sup>

Identificou-se, de acordo com registros de Carolina Villagra, que o momento de saída da prisão era o mais aguardado pelos aprisionados, bem que nos últimos dias o comportamento dele é visivelmente diferente, tomados por preocupações com possíveis conflitos ou situações que pudessem de alguma forma mudar seus planos. A dificuldade para lidar com a ansiedade recorrente neste momento de espera lhes tirava o sono, sobretudo com pensamentos como: o que esperar do “mundo la fora”.<sup>187</sup>

O apoio familiar, assim como profissional, foi definido pela autora como essencial nesse processo da saída. Aqueles detentos que não recebiam apoio familiar foram os que mais apresentaram medo do retorno à casa.<sup>188</sup>

De outro lado, assevera Carolina Villagra que a maioria das famílias dos participantes havia preparado “comemorações de recepção”, e os egressos, em sua grande maioria, foram levados para sua casa por familiares que os esperavam, alguns poucos foram

---

<sup>186</sup>VERA INSTITUTE OF JUSTICE, 1999. “In 1999, researchers at the Vera Institute followed a group of 49 people who had just left a New York State prison or New York City jail to discover exactly what happens to them in the first month after release. Their stories reveal patterns of success and failure in the effort to find a place to live and land a job, to comply and feel satisfied with parole supervision, to reunite with family, to stay away from alcohol and other drugs, and to avoid a return to crime. This study reveals why and how the initial reentry period is so difficult. At the same time, it provides evidence of the strong desire among most recently released individuals to turn their lives around. The report offers concrete suggestions for how to prepare inmates for the predictable challenges they will encounter the moment they return home.” Disponível em: [http://www.vera.org/pubs/first-month-out-post-incarceration-experiences-new-york-city]. Acessado em: 08.10.2013. Tradução livre: Instituto VERA de Justiça. No ano de 1999, pesquisadores do instituto seguiram um grupo de 49 pessoas que haviam acabado de sair da prisão de Nova York para descobrir o que aconteceriam com eles no primeiro mês em liberdade. A narrativa revela pontos de sucesso e de falhas na busca de um lugar para viver e de emprego, para que possa reunir a família e permanecer longe do álcool e do uso das drogas bem como permanecer longe do crime. Este estudo revelou como e porque o primeiro período em liberdade é tão difícil. Ao mesmo tempo, o trabalho demonstrou o forte desejo dos indivíduos recém libertos a transformarem a suas vidas. O trabalho acabou por sugerir meios concretos de preparar o aprisionado para os desafios que irão encontrar ao voltarem para a casa.

<sup>187</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês en libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>188</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 94.

sozinhos e um deles foi com um amigo. Importa dizer que, em todos os casos, o egresso dormiu na casa programada durante os trabalhos da primeira fase de implementação do projeto.<sup>189</sup>

Durante o primeiro mês de egresso constatou-se, ainda, dos relatos de Carolina Villagra, o avanço motivacional daqueles que continuaram participando do programa. Entretanto, registrou-se que neste primeiro mês parcela dos integrantes deixou de participar em definitivo do projeto.<sup>190</sup>

A ausência no programa se deu por duas formas: seja porque uma parte dos participantes manifestou desejo de dispor de um tempo de descanso com a família, logo retomando o contato com o programa, seja porque cinco deles deixaram o programa em definitivo – duas mulheres e três homens. Os que abandonaram o programa, ou perderam contato com o programa ou praticavam atividades delitivas como forma de sustento econômico e tinham apoio da família para este comportamento. Casos como os últimos mencionados não foram registrados como desistentes, pelos profissionais vinculados ao programa, e sim como questão de retrocesso a ser analisado com vistas ao aprimorado do programa em uma nova investida de ressocialização.<sup>191</sup>

#### *3.4.3 O meio livre e as áreas críticas do programa*

Durante o processo pós-cárcere, foram realizadas análises relativamente às áreas consideradas críticas ou estratégicas na perspectiva do objetivo do programa, a saber: educação, emprego, lar, saúde, direitos, comunidade e família; sobre as quais restringe-se a fazer as considerações que se seguem, sempre referenciadas implicitamente nos trabalhos de Carolina Villagra, inclusive co-autores, evitando-se, assim, repetições excessivas de entrada.

##### *a) Estudos:*

Relativamente à área educacional, verificou-se que, ao entrarem na prisão, a maioria dos condenados participantes do programa não havia completado os estudos formais e

---

<sup>189</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 96.

<sup>190</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *El primer mês en libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades*. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>191</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 93

grande parte deles não achava que concluí-los seria relevante para suas vidas. De outra banda, alguns manifestaram a crença de que o estudo formal completo os ajudaria no trabalho e sustento familiar, embora nenhum deles, no meio livre, se inscreveu em qualquer estabelecimento educacional.<sup>192</sup>

Acrescente-se que os motivos de não-ingresso em instituições de ensino foram vários, entre eles: o fim do prazo para matrícula, priorização de outras pautas como família e trabalho, falta de documentos exigidos na matrícula e temor de retornar aos estudos uma vez que não tinham confiança na sua capacidade de aprendizado, receando o tratamento a ser recebido no local.<sup>193</sup>

Nos meses seguintes até o final do acompanhamento pelos profissionais de *Volver a Confiar* apenas um dos participantes começou e terminou um curso de capacitação e nove conseguiram se inscrever em um programa municipal na área de educação.<sup>194</sup>

Do estudo pode-se concluir que a deficiência da infraestrutura pública-educacional no Município ocasionou a falta de oportunidade de estudos para os participantes do programa, uma vez que foi identificada motivação em boa parte deles.<sup>195</sup>

#### *b) Emprego*

No que tange à área do emprego, o quadro dos posicionamentos manifestados é bastante diferente daqueles relativos às áreas antes abordadas, uma vez que a grande maioria dos egressos atribuiu ao emprego expressiva importância imediatamente à saída do cárcere, salvo o caso de alguns condenados jovens que contaram, por curto período de tempo, com apoio financeiro dos pais. Dado significativo é que na maioria dos participantes que consideravam o trabalho questão primordial tinha família, cônjuge/companheiro(a) e ou filho(s).<sup>196</sup>

---

<sup>192</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p.. 97

<sup>193</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>194</sup>*Id. Ibid.*

<sup>195</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 120

<sup>196</sup>*Id. Ibid.*, p. 98.

Contudo, devido ao aumento da crise econômica, à época da execução programa, a escassez da oferta de emprego no município de *La Pintana* dificultou a concretização deste quesito; apenas quatorze dos participantes conseguiu trabalho, treze dos quais trabalharam na informalidade e apenas um de maneira formal, ou seja, com carteira assinada. Ademais, dos participantes que conseguiram trabalho, metade foi por meio de familiares ou amigos, enquanto a outra metade voltou ao ofício que exercia antes de serem aprisionados. Ademais, as atividades dos trabalhos variaram de vendedores ambulantes, limpadores de carro a manobristas.<sup>197</sup>

Dado importante a ser relatado é que, aliado à baixa oferta do mercado de trabalho, a existência de antecedentes criminais foi um fator relevante para o alto índice de trabalho informal entre os egressos. Além disso, os participantes acabaram se forçando a jornadas de trabalho exaustivas e instáveis, havendo registros de alguns casos até mesmo de exploração. Realidade que o egresso teve que lidar na busca do seu sustento ou da família.<sup>198</sup>

### *c) Moradia*

Em relação ao aspecto moradia, a maioria dos participantes morava precariamente, em imóveis com reduzido número de cômodos, cujos dormitórios eram compartilhados por muitas pessoas. Refletindo uma realidade mundial da exclusão social, também foi constatado que os bairros de morada dos participantes apresentam problemas sociais que dificultavam a reinserção do aprisionado, tais como, índice de alto consumo de drogas e álcool, sem meios de recreação ou emprego, ponto de prostituição e micro tráfico de drogas. A maioria dos participantes vivia como agregados, sendo que apenas dois possuíam casa própria.<sup>199</sup>

Observe-se, todavia, que a aquisição da casa própria não foi manifestada como um objetivo imediato dos participantes, e sim de longo prazo. No primeiro momento nenhum dos egressos se inscreveu para o processo de aquisição de moradia junto ao Estado,

---

<sup>197</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>198</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 99

<sup>199</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

pois o objetivo inicial, nesta área, era melhorar as condições do local onde já residiam, o que se tornou possível com a ajuda do município de *La Pintana*.<sup>200</sup>

#### d) Saúde

Com relação à área saúde, entre os participantes ativos – aqueles que se mantiveram no programa durante o egresso – 63% eram filiados ao FONASA – *Fondo Nacional de Salud*<sup>201</sup>, enquanto que 14% deles não tinha vínculo algum com a saúde pública<sup>202</sup>. No que diz respeito ao estado de saúde física, no primeiro mês não foi necessária nenhuma intervenção médica para qualquer egresso; e do mesmo modo quanto à saúde mental, pois também não houve necessidade de nenhum acompanhamento médico, apenas sendo constatadas questões generalizadas de ansiedade, em decorrência do período de aprisionamento.<sup>203</sup>

No tocante ao consumo de drogas e álcool, apenas quatro dos participantes ativos declararam não ter consumido álcool e drogas no primeiro mês de egresso. Dos quatorze que declararam consumir qualquer tipo de droga, dois apresentaram um quadro de consumo expressivo de pasta à base de cocaína. O consumo de álcool foi mais frequente e generalizado entre os participantes, apesar de a utilização ter sido considerada moderada.<sup>204</sup> O consumo de pasta à base de cocaína, pelos participantes, e sua frequência podem ser verificadas na tabela a seguir:

---

<sup>200</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 100.

<sup>201</sup>Fondo Nacional de Salud – FONASA. Entidade financiada pelo Estado do Chile, criada em 1979 e tem como finalidade coletar fundos e distribuir para a saúde no país. Disponível em: [<http://www.fonasa.cl/wps/wcm/connect/Internet/SA-General/Informacion+Corporativa/>]. Acesso em: 08.10.2013.

<sup>202</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 101.

<sup>203</sup>*Id. Ibid.*, p. 102.

<sup>204</sup>*Id. Ibid.*

**Tabela 1: Consumo de Pasta Base de Cocaína durante o primeiro mês de egresso**

Consumo de PBC				
Antes del encarcelamiento	1er mes de egreso			
(n = 18)	sin recaída	esporádico	semanal	diaria
14	10	1	0	3

Fonte: Debates Penitenciários<sup>205</sup>

Além da preocupação com o consumo de drogas pelos participantes, o aspecto da recaída foi outra grande preocupação, no primeiro mês após o egresso, tanto com relação ao uso de drogas legais quanto ilegais, tendo em vista a facilidade de acesso a elas nos bairros onde moram, propiciada pela atuação do micro tráfico, fazendo com que a luta para não consumir fosse diária.<sup>206</sup>

Dentro desse contexto, o consumo de maconha não era considerado prejudicial, diferentemente do álcool, que era considerado causa de transformação emocional, tornando-os mais violentos e inconsequentes. De outra sorte, a pasta base de cocaína foi considerada de forma unânime a droga mais prejudicial.<sup>207</sup> O consumo de drogas pode ser verificado conforme tabela abaixo:

**Tabela 2: Consumo de álcool e drogas durante o primeiro mês de egresso**

DROGA	NO	SI	S/Inf.	Total
Alcohol	5	13	6	24
Marihuana	7	10	7	24
PBC	13	7	7	24
Cocaína	14	2	8	24
Policonsumo	7	10	7	24

Fonte: Debates Penitenciários<sup>208</sup>

Diante deste cenário, o programa se empenhou em fazer um trabalho mais específico e intenso nesta área, valendo-se do auxílio de um psicólogo. Muitos dos participantes

<sup>205</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>206</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 102.

<sup>207</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>208</sup>*Id. Ibid.*

conseguiram se abster do uso de drogas, apoiados pelos trabalhos desenvolvidos nas reuniões do programa, realizadas durante o período de pré-egresso e com continuidade na fase posterior. Além do auxílio profissional de psicólogo do programa, os participantes puderam participar de trabalhos da própria comunidade de *La Pintana*, os quais foram de grande relevância neste processo.<sup>209</sup>

Do grupo de egressos que não conseguiram evitar o uso da pasta à base da cocaína, três deles que tiveram recaídas cada vez mais freqüentes, e acabaram por deixar de participarem do programa, voltando a delinquir com a finalidade sustentar o vício da droga.<sup>210</sup>

#### e) *Direito*

Na área do direito, inicialmente havia um cenário de pouca informação dos egressos, que não detinham conhecimentos básicos acerca de suas situações criminais. A maioria deles não dispunha sequer do certificado de cumprimento de pena, além daqueles que portavam o documento contendo informações incompletas. Para resolução desses problemas o trâmite foi muito demorado.<sup>211</sup>

Ocorre que para dar início ao processo de eliminação de antecedentes é necessária a apresentação do mencionado certificado. No entanto, na maioria dos casos, os participantes não tinham condições financeiras para dar entrada ao processo. Somente seis dos participantes estavam aptos a iniciar a eliminação de antecedentes, sendo que apenas três deles a solicitaram.<sup>212</sup>

---

<sup>209</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 103.

<sup>210</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>211</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 104.

<sup>212</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.



Este processo de eliminação de antecedentes é de grande relevância para a ressocialização do egresso, uma vez ser a partir dele que se pode exercer certos direitos após a finalização de execução de sua pena.<sup>213</sup>

Saliente-se que poucos dos participantes solicitaram auxílio dos profissionais do programa no que diz respeito à assistência jurídica, tampouco solicitaram orientações sobre outras vias para se ter acesso ao processo de eliminação de antecedentes. Diante desse quadro, ao longo da execução do programa concluiu-se pela necessidade de melhorias no acesso à justiça pelos egressos em geral.<sup>214</sup>

Em que pese estar-se a abordar a matéria judicial, vale frisar que apenas três dos participantes voltaram a ser condenados a penas privativas de liberdade.<sup>215</sup>

#### *f) Comunidade*

Registrou-se que antes da vida no cárcere metade dos participantes estava inserida em algum grupo comunitário, como grupos religiosos ou desportivos, mas durante o primeiro mês do retorno à comunidade, entretanto, essa participação foi severamente reduzida: dos poucos que se mantiveram participativos, apenas três dos beneficiários do programa se congregaram à igreja evangélica. A igreja, a propósito, desempenhou um papel relevante de sustentação do egresso no período inicial do seu retorno à vida em liberdade.<sup>216</sup>

Conforme constatado ao longo da execução do projeto, o baixo nível de envolvimento dos egressos com as atividades da comunidade, no primeiro mês da vida pós-cárcere, se justifica pelo fato de tratar-se, para esses indivíduos, de período de isolamento e reflexão, marcado pelo receio quanto à probabilidade de passarem por recaídas relacionadas ao consumo ou tráfico de drogas. Esta fase foi denominada “período de auto-isolamento”, conforme mencionado anteriormente.<sup>217</sup>

---

<sup>213</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 125.

<sup>214</sup>*Id. Ibid.*, p. 127.

<sup>215</sup>*Id. Ibid.*

<sup>216</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>217</sup>*Id. Ibid.*

No decorrer da execução do programa foram enfrentadas as dificuldades para a superação deste isolamento, todavia sem serem percebidas grandes alterações no que diz respeito à retomada do envolvimento dos egressos àqueles grupos comunitários dos quais faziam parte. As estatísticas geradas sobre esse aspecto indicaram a necessidade de serem traçadas novas estratégias para aperfeiçoamento desta questão no momento da elaboração do modelo definitivo de política de ressocialização.<sup>218</sup>

g) *Família*

Conforme pontuado anteriormente, um dos requisitos para a participação do programa foi a escolha, por parte do próprio participante, de um parente que prestaria o apoio necessário no período de transição do cárcere para o meio livre. Um dado relevante indica que o parente escolhido pela grande maioria dos beneficiários era do sexo feminino.<sup>219</sup>

A necessidade de se estabelecer um trabalho específico na área familiar, quando do retorno do egresso à vida em comunidade, foi um dos mais relevantes pontos identificados nos estudos realizados no âmbito do programa, o que consistiu em tarefa árdua quando posta em prática, em razão do frequente rancor da família em relação ao egresso, por conta do sofrimento vivido pela perda de sustento que significou sua prisão – tanto no sentido econômico quando no emocional.<sup>220</sup>

Em que pese a dificuldade mencionada, o “apoio familiar” dispensado aos participantes do programa, em especial aquele advindo das mulheres da família, teve papel de suma relevância nos primeiros meses de retorno do egresso à comunidade, pois além de representar o suporte econômico e social, tornou-se um aspecto propulsor do programa, já que muitos dos familiares estimulavam os egressos a participarem das reuniões no âmbito do projeto, solicitando, em alguns casos, até mesmo que houvesse acompanhamento individual no processo de reintegração.<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 127.

<sup>219</sup>*Id. Ibid.*, p. 107.

<sup>220</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>221</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 108

Importa ressaltar que 75% dos participantes do projeto tinham de um a cinco filhos, o que resultou em cinquenta e dois jovens, entre crianças e adolescentes, envolvidos no programa. Diante disso, os envolvidos com a execução do programa se preocuparam em fazer análises e acompanhamentos também em relação a esses jovens, verificando os processos educativos que aconteciam dentro de casa, a frequência à escola, entre outras questões.<sup>222</sup>

Durante a avaliação do programa, foi possível observar que os principais argumentos motivacionais para a retomada do envolvimento do egresso com a sociedade livre estavam, de alguma forma, relacionados ao restabelecimento dos laços afetivos com os familiares, em especial no que diz respeito à retomada da confiança dos parentes. De fato, a “família” representa o aspecto primordial da transição da vida intra-cárcere à vida em liberdade, tendo-se constatado que a maioria dos participantes que contaram com menor ou nulo apoio familiar voltou a delinquir ou a consumir drogas.<sup>223</sup>

### **3.5 Gráficos ilustrativos do perfil dos participantes do programa – *Volver a Confiar***

Com o propósito de ilustrar os relatos levados a efeito neste capítulo, faz-se a reprodução de alguns registros gráficos e respectivas análises relativamente ao perfil dos participantes, tomadas a termo nos trabalhos de Carolina Villagra e co-autores, motivo de prosseguir com a referência implícita quanto à autoria, conforme já justificado neste capítulo.

Inicia-se, contudo, destacando que para estabelecer e caracterizar os participantes do programa sob enfoque – *Volver a Confiar* – foram considerados usuários aqueles encarcerados que passaram pelo processo de seleção, participado de forma voluntária e tomando conhecimento de todo o programa e de sua finalidade, além de, necessariamente, ter frequentado ao menos uma das reuniões na fase pré-egresso.<sup>224</sup>

O programa começou com trinta e um participantes, sendo vinte e dois homens e nove mulheres, envolvendo ainda cerca de cento e cinquenta familiares.<sup>225</sup> O Gráfico 1, abaixo, oferece uma visão de como a população do projeto-piloto do *Volver a Confiar*

---

<sup>222</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês en libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa “Volver a Confiar”, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

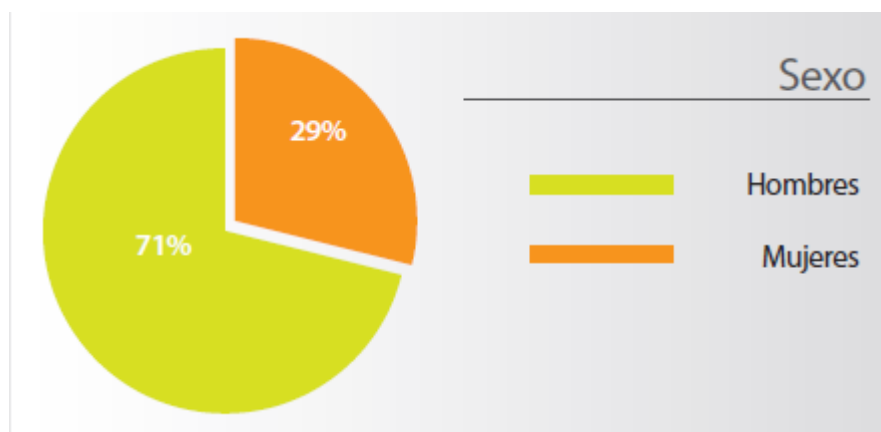
<sup>223</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 108.

<sup>224</sup>*Id. Ibid.*, p. 83.

<sup>225</sup>*Id. Ibid.*, p. 84

encontra-se distribuída quanto ao gênero, onde as mulheres comparecem em 42% a mais que os homens.

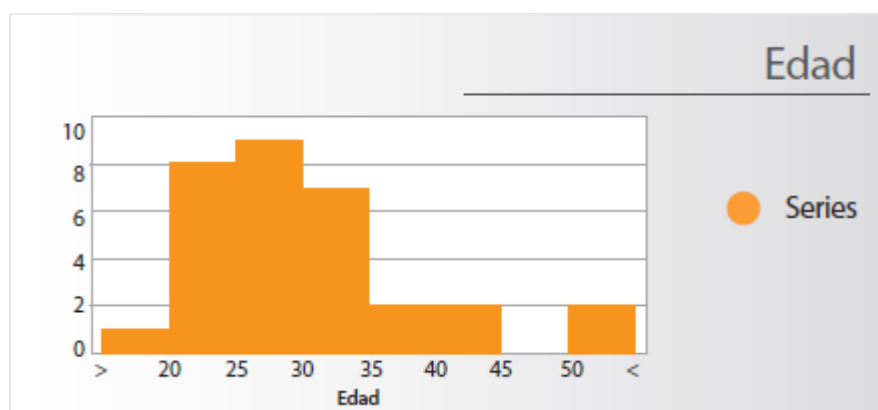
**Gráfico 1: Gênero dos participantes**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>226</sup>

O Gráfico 2, de outro lado, revela que a idade dos participantes variou de dezenove a cinquenta e seis anos, sendo que o maior número de participantes tinha por volta de vinte e cinco anos.<sup>227</sup>

**Gráfico 2: Idade dos participantes**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>228</sup>

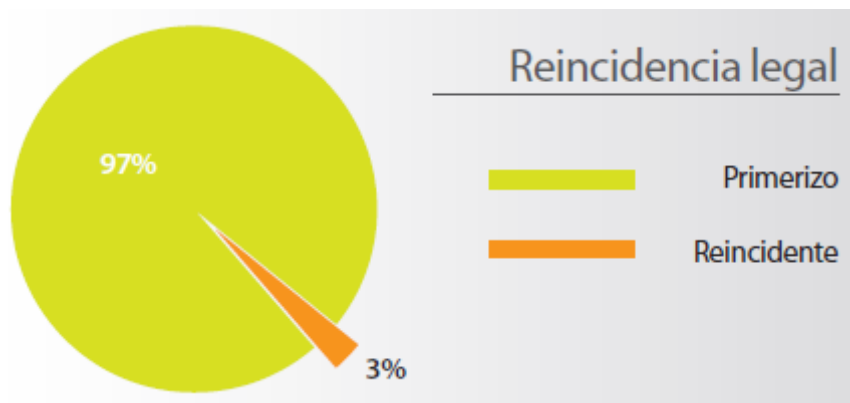
<sup>226</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confíar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>227</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeiros meses em libertad*. IN *Volver a Confíar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 85

<sup>228</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confíar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

Entre os participantes somente um era primário, ou seja, foi condenado pela primeira vez; enquanto os demais já haviam sido condenados entre duas a oito vezes.<sup>229</sup>

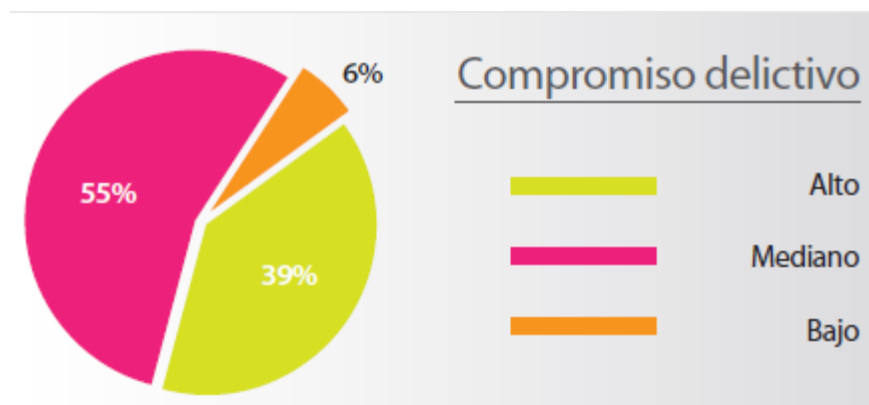
**Gráfico 3: Reincidentes participantes**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>230</sup>

Com relação ao dito “caráter” criminoso, ou seja, a tendência à prática de ato delituoso, o programa estabeleceu níveis de alta a baixa tendência. De acordo com as análises levadas a cabo pelos profissionais envolvidos, retratada no Gráfico 4, a maioria dos participantes demonstrou uma tendência mediana à prática delitiva.<sup>231</sup>

**Gráfico 4: Tendência delitiva**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>232</sup>

<sup>229</sup>VILLAGRA, Carolina ET AL. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 86

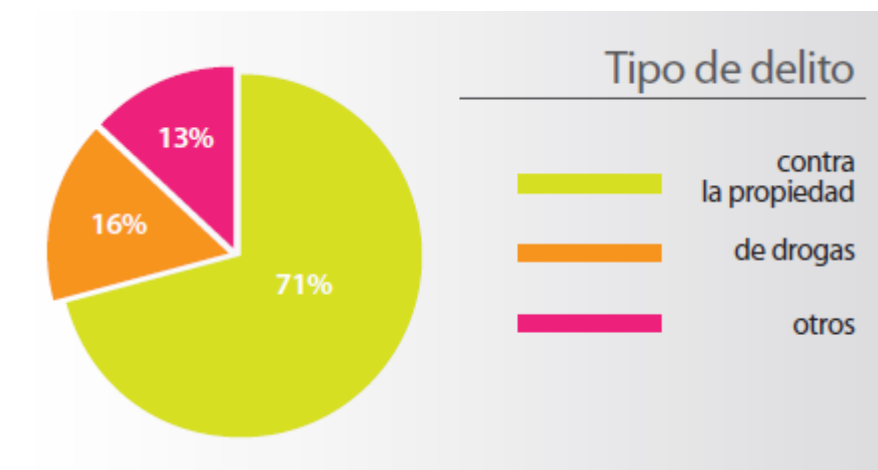
<sup>230</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades*. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>231</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 86

<sup>232</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades*. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

Outro aspecto considerado, conforme estampa o Gráfico 5, a seguir reproduzido, é que a maioria dos participantes do programa *Volver a Confiar* estava cumprindo pena por crimes contra a propriedade (patrimônio), principalmente pelo crime de roubo. Uma pequena parte, em sua maioria mulheres, havia sido condenada por crime de tráfico de drogas.<sup>233</sup>

**Gráfico 5: Delito cometido pelos participantes**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>234</sup>

Também constitui outro importante registro, os dados sobre o tempo de duração das penas cominadas aos participantes do programa, constantes da Tab. 3, sendo que as condenações variaram de um a cento e oitenta e dois meses.<sup>235</sup>

<sup>233</sup>VILLAGRA, Carolina ET AL. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 87

<sup>234</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>235</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 88

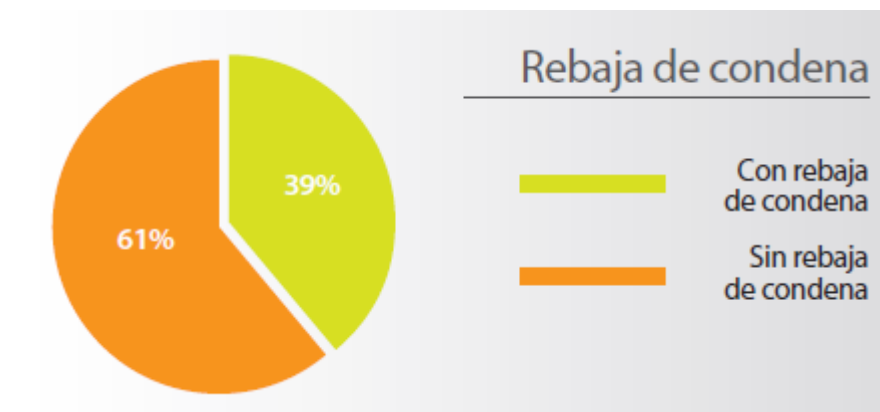
**Tabela 3: Duração da pena**

Rango en años y meses	Nº de Personas	%
0 a 3 años (0 a 36 meses)	24 (6 mujeres y 18 hombres)	77,4%
3 años y 1 día a 5 años (37 a 60 meses)	2 hombres y 3 mujeres	16,1%
5 años y 1 día a 10 años (61 a 120 meses)	1 hombre	3,2%
10 años y 1 día a más (121 meses y más)	1 hombre	3,2%

Fonte: Debates Penitenciários.<sup>236</sup>

De outro lado, conforme retratam os dados do no Gráfico 6, mais da metade dos participantes do programa tiveram redução na duração do tempo de pena ora condenado.<sup>237</sup>

**Gráfico 6: Número de participantes com diminuição do tempo de pena ora condenados**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>238</sup>

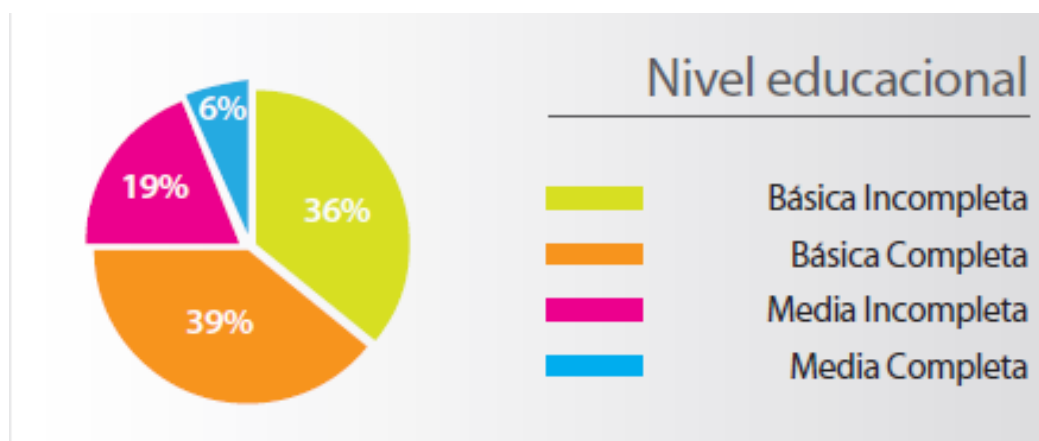
<sup>236</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>237</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeiros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 88.

<sup>238</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

Como anteriormente mencionado, o Gráfico 7 ilustra que 75% dos participantes frequentaram apenas ensino educacional básico, valendo ainda ressaltar que 13% eram considerados analfabetos.<sup>239</sup>

**Gráfico 7: Nível de escolaridade dos participantes**



**Fonte: Debates Penitenciários.<sup>240</sup>**

A maioria dos participantes se declarou solteira, porém mais da metade afirmou ter companheiro(a) aguardando o retorno seu retorno à liberdade, bem que acompanharia seu processo de reinserção a comunidade livre.<sup>241</sup>

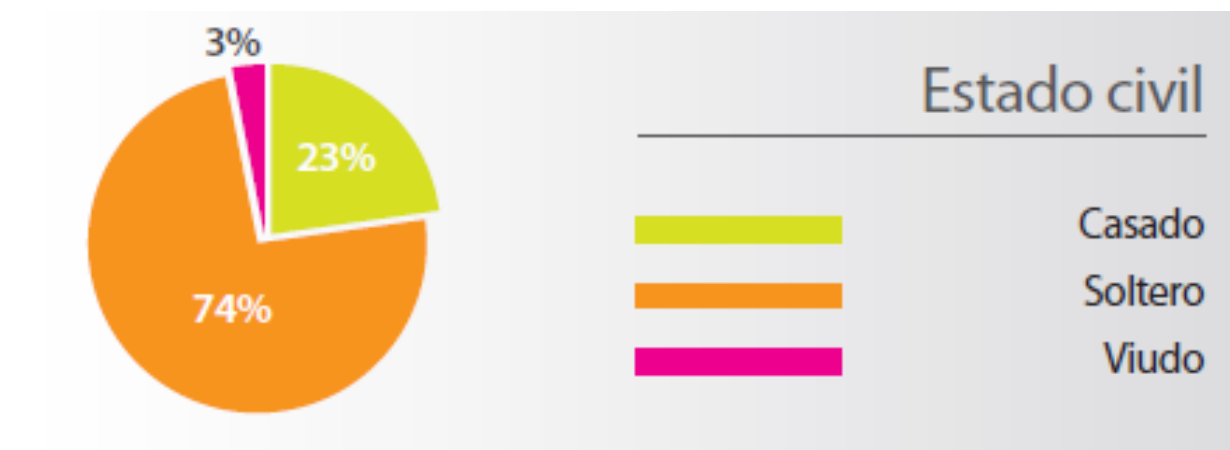
<sup>239</sup>VILLAGRA, Carolina ET AL. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 89

<sup>240</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades*. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>241</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 89



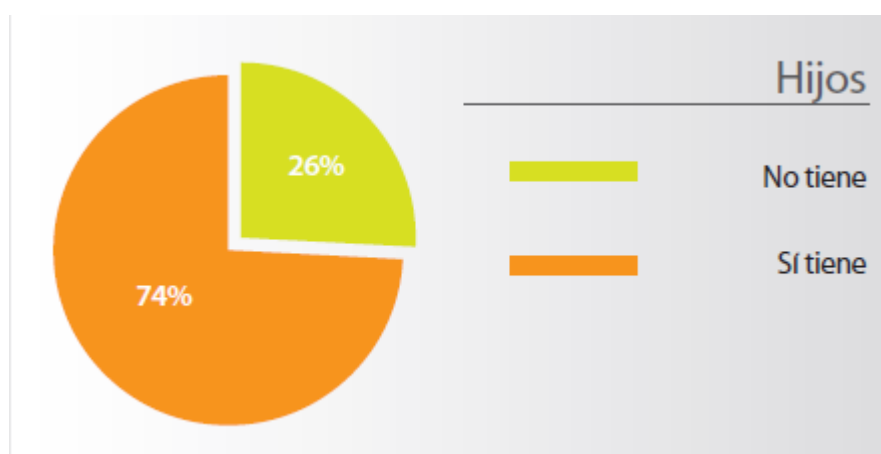
**Gráfico 8: Estado civil dos participantes.**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>242</sup>

Grande parte dos participantes informou possuir pelo menos um filho, podendo este número variar até cinco. Os filhos eram, na maioria, menores de idade.<sup>243</sup>

**Gráfico 9: número de participantes que possuíam filhos**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>244</sup>

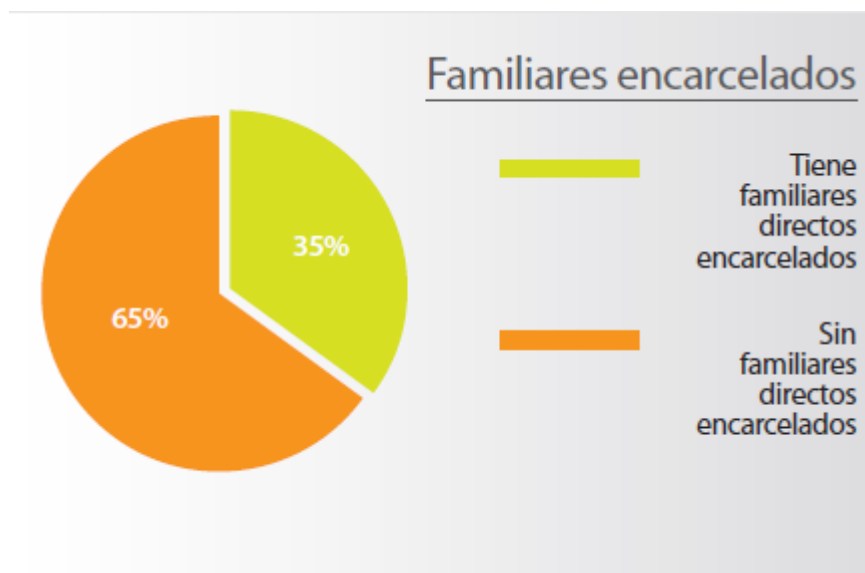
<sup>242</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>243</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 90

<sup>244</sup>VILLAGRA. Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

Por fim, tomando-se em consideração informações acerca de familiares dos participantes relativamente a precedentes criminais, foi identificado que mais da metade dos participantes tinha pelo menos um familiar aprisionado.<sup>245</sup>

**Gráfico 10: Número de participantes que possuíam outro familiar aprisionado.**



Fonte: Debates Penitenciários.<sup>246</sup>

### 3.6 Relatos sobre a conclusão do programa

Ao fim do programa piloto, os profissionais reconheceram que a ressocialização de indivíduos aprisionados demonstrou ser um processo muito mais complexo do que se esperava ao estabelecer estratégias para a criação do *Volver a Confiar*.<sup>247</sup>

Contudo, ao pesquisar experiências de ressocialização em países diversos, constatou-se que as preocupações foram similares às apresentadas pelo programa chileno, cujas nuances ficam por conta das formas de organização pública e privada para as respostas dessas preocupações. Destacou-se, ainda, que em países desenvolvidos, a exemplo dos Estados

<sup>245</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses en libertad*. IN *Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009, p. 90

<sup>246</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>247</sup>*Id. Ibid.*

Unidos, verificou-se resultados semelhantes em programas de ressocialização de aprisionados assim como no Chile.<sup>248</sup>

Entre as áreas de risco, demonstrou algumas de maior preocupação para posterior criação de um modelo de programa permanente, como uma orientação jurídica e auxílio no acesso à justiça, disponibilidade de tratamento para consumo de drogas, e ainda a possibilidade de trabalho formal.<sup>249</sup>

A ausência de programas de trabalho na comunidade foi considerada um problema de maior relevância, revelando-se indicativo da necessidade de desenvolver estratégia junto à comunidade para criação de mais atividades para esse fim.<sup>250</sup>

Um ponto de central do programa foi o trabalho individual feito por profissionais capacitados, despertando nos participantes a confiança de que necessitavam para motivação do seu retorno ao meio livre.<sup>251</sup>

Foram relatados, portanto, aspectos entendidos mais relevantes da experiência chilena com o piloto do projeto de ressocialização de preso – *Volver a Confiar* –, Programa que ganhou largo reconhecimento no Chile, demonstrando eficácia e sustentabilidade não obstante os ajustes revelados necessários. Ilustra esse reconhecimento o fato de o programa piloto ter sido premiado com o primeiro lugar no concurso “*Buenas Prácticas em reinserción y rehabilitación de infractores de ley*”, entre vinte e oito projetos envolvidos.<sup>252</sup>

---

<sup>248</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. *Conclusiones y recomendaciones. In. Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria* – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile. 2009. p. 225.

<sup>249</sup>*Id. Ibid.*, p. 226.

<sup>250</sup>VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del programa ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familias y comunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

<sup>251</sup>*Id. Ibid.*

<sup>252</sup>“CESC gana concurso sobre buenas prácticas em rehabilitación y reinserción” Disponível em: <http://www.pazciudadana.cl/prensa/cesc-gana-concurso-sobre-buenas-practicas-en-rehabilitacion-y-reinsercion/> Acesso em: 10.10.2013.

## CONCLUSÃO

“Chega sempre a hora em que não basta apenas protestar: após a filosofia, a ação é indispensável.”<sup>253</sup>

Vitor Hugo – Os Miseráveis

A função ideológica da pena, da forma que é compreendida atualmente, passou por diversas transformações, conforme narrado no capítulo inaugural do presente trabalho. Depreendeu-se da leitura da legislação brasileira que o País adotou a teoria mista da função da pena, compreendendo, portanto, o caráter de retribuição, prevenção e ressocialização.

Ocorre que a sociedade insiste na ideia de pena como castigo, acabando por renegar o condenado uma vez aprisionado. Do mesmo modo, o poder punitivo estatal calcado pela ideologia da defesa social acaba por distanciar a possibilidade de ressocialização do apenado.

À vista do objetivo que norteou o presente trabalho, pode-se perceber, a partir da abordagem feita no segundo capítulo, que as práticas governamentais consideradas, referentes à ressocialização do preso no cenário brasileiro, apresentam-se deficientes: em razão de seu aspecto quantitativo e/ou em razão de seu aspecto qualitativo – principalmente considerando as condições dos ambientes de encarceramento no Brasil e os valores que permeiam a atuação do sistema penal e o imaginário da sociedade.

Essa afirmativa, além de encontrar respaldo no fato de as políticas de ressocialização, ora existentes, somente atingirem parcela da população carcerária, bem como apenas compreenderem parte do conjunto de medidas identificadas como indispensáveis ao processo de recuperação social do aprisionado, respalda-se, sobretudo, na constatação de que as condições de encarceramento que respeitem a dignidade humana do indivíduo aprisionado são um importante fator para se avançar no sentido da exitosa reintegração do egresso ao meio social livre.

Nesse passo, com vistas a contribuir para avanços nas reflexões acerca da temática da ressocialização do preso no sistema penal brasileiro, mostram-se oportunos os relatos da experiência chilena, lançados no terceiro capítulo, com o programa piloto: *Volver a Confiar* – ainda que passível de avanços, além dos aprimoramentos já identificados como

---

<sup>253</sup> HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret. 2007,p.

necessários por profissionais da própria equipe envolvida na elaboração e implantação do programa –, haja vista que incorpora a necessidade de trabalhos serem desenvolvidos na fase de encarceramento, ainda que circunscrito à fase imediatamente anterior à liberdade do preso, notadamente mediante acompanhamento individualizado, que se estende durante certo período no meio livre.

Em síntese, deve-se considerar que para os relatos levados a efeito sobre o Programa *Volver a Confiar* se constituírem no despertar de um olhar crítico sobre as políticas brasileiras de ressocialização do preso, cuidados devem ser dedicados na busca, sempre presente, de se identificar e coibir que valores ideológicos acabem por distorcer o sentido da atuação do nosso Sistema de Justiça, principalmente no cotidiano do sistema punitivo estatal, resultando na adoção, dissimulada, ou não, do sentido de pena meramente como castigo ao infrator – assim, desconsiderando o apenado enquanto um ser social privado da vida livre em sociedade, e que a ela deve ser devolvido recuperado.

Por fim, despontou-se evidente que a mudança de valores necessária à superação das dificuldades identificadas quanto às práticas de ressocialização do encarcerado deve, necessariamente, incorporar a busca da consciência social sobre a compreensão do sentido da execução penal, que não é uma forma de vingança do condenado aprisionado, e sim uma forma a orientá-lo de modo a facilitar sua reinserção na sociedade; vez que, como devidamente assinalado, a retirada do infrator da sociedade, da forma como se dá na atualidade, somente alimenta o desejo de vingança dos demais cidadãos em relação ele – uma decorrência da distorção incorporada ao imaginário social da ideia de desumanização do condenado, não se levando em conta ser ele parte importante da sociedade e, especialmente, fruto dela.

O programa *Volver a confiar*, desenvolvido no Chile, não é uma panacéia, e certamente poderá contribuir na direção de se adotar mais uma alternativa de ressocialização que, ainda que não solucione, tende a minimizar a crueldade do sistema.

## REFERÊNCIAS

APIC, assess, plan, identify and coordinate. Disponível em: [http://muskie.usm.maine.edu/justiceresearch/Publications/Adult/MH\\_APIC\\_%20Brief.pdf](http://muskie.usm.maine.edu/justiceresearch/Publications/Adult/MH_APIC_%20Brief.pdf) . Acesso em: 08/10/2013.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de Alessandro Berti Contessa e Lucia Guidini. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral 1*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Joana D'arc. Disponível em: [[http://www.filosofia.com.br/imagens\\_1ista.php?categoria=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Joana%20d%27Arc](http://www.filosofia.com.br/imagens_1ista.php?categoria=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Joana%20d%27Arc) e <http://arautoveritatis.com/2013/05/historia-da-morte-de-santa-joana-darc/>]. Acesso em: 20/08/2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)]. Acesso em: 02/10/2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Tratamento, Reinserção Social, definição. Disponível em: [[http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id\\_conteudo=11437&rastra=TRATAMENTO%2FReinser%C3%A7%C3%A3o+Social/Defini%C3%A7%C3%A3o](http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11437&rastra=TRATAMENTO%2FReinser%C3%A7%C3%A3o+Social/Defini%C3%A7%C3%A3o)]. Acesso em: 07/10/2013.

BRASIL. Recomendação 21. De 16/12/2008. Recomenda aos Tribunais ações no sentido da recuperação social do preso e do egresso do sistema penal. Disponível em: [<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/12103-recomendacao-no-21>]. Acesso em: 26/09/2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas corpus nº 147716, 6ª turma, Min. Rel. Sebastião Reis Júnior, julgado em 15/08/2013, DJE de 28/08/2013. Disponível em: [<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=147716&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>]. Acesso em: 07/10/2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação criminal no 20120310057404, na 3ª Turma Criminal. Apelante: Alcides Gomes Coelho. Apelado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Desembargador Esdras Neves, julgado em: 30/10/2012, DJE 06/11/2012 p. 313. Disponível em: [<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>]. Acesso em: 07/10/2013

CASTRO, Lola Anyar de. *Criminologia da Libertação*. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.

CASTRO, Lola Anyar de. *Pensamento criminológico: resumo gráfico e seu reflexo institucional – da criminologia clássica à criminologia dos direitos humanos*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

COSTA, Álvaro Mayrink da. *Raízes da sociedade criminógena*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

CERNICCHIARO, Luis Vicente. *Estrutura do Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: José Busahatsky, 1976.

CARVALHO, Salo de; CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da pena e garantismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: lumen juris, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socio educativas – DMF. Agosto de 2012.

FERNANDES, Valter e FERNANDES, Newton. *Criminologia integrada*. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 1. ed. Italiana, Noberto Bobio. Ed. 2ª. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006

FIGUEREDO, Manoel; ROSA, Lúcia. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: [perspectivas para as políticas públicas]*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6301](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301). Acesso em: 26 /09/2012.

FOCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Fondo Nacional de Salud – FONASA. Disponível em: [<http://www.fonasa.cl/wps/wcm/connect/Internet/SA-General/Informacion+Corporativa/>]. Acesso em: 08/10/2013.

GRECCO, Rogério. *Curso de direito penal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

HUXTEY, Aldoous. *Admirável mundo novo*. 22. ed. Porto Alegre: Globo, 1932.

INFOPEDIA. *Conceito FeedBack*. Disponível em: [[http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/feedback;jsessionid=zaovpxA0XRltRVwXMVnl+A\\_\\_](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/feedback;jsessionid=zaovpxA0XRltRVwXMVnl+A__)]. Acesso em: 08/10/2013.

KOSOVSKI, Ester. As novas formas de proteção à vítima. In *Temas de vitimologia*. Sociedade brasileira de vitimologia. Organização: Ester Kosoviski e Elida Séguin. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2000.

KUEHNE, Maurício. *Lei de execução penal anotada*. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

LIMA, João Batista de Souza. *As mais antigas normas de direito*. São Paulo: Forense, 1983.

- MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEHMERI, Adilson. *Noções básicas de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2000,
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Execução Penal*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MIRABETTE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1998, v.1.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- NOMS, Congresso realizado em Vancouver, Canadá. No ano de 2006. Disponível em: [http://noms2006.ieee-noms.org/]. Acesso em: 08.10.2013
- NORONHA, E. Magalhães de. *Direito Penal*. Vol.1, 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- OLIVERA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito, *in: Sua excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal 2004.
- ONU. Resolução 217 A, de 10 de dezembro de 1948. Dispõe sobre o direito fundamental à dignidade da pessoa humana. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\_intern/ddh\_bib\_inter\_universal.htm]. Acesso em: 26/09/2013.
- PROAL, Louis. *Le crime et la peine*. Paris: Félix Alcan, 1911.
- RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- ROSA, Fábio Bittencourt da. *Legitimação do ato de criminalizar*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- ROURE, Denise de. Panorama dos Processos de Reabilitação de presos. Revista CONSULEX. Ano III, nº 20, Ago. 1998,
- ROXIN. Claus. *Estudo de direito penal*. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 2008.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminologia radical. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2006.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão; CORRÊA JUNIOR, Alceu. *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Editora dos Tribunais. 2002.
- SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999
- TELES, Ney Moura. *Direito penal*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.



THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

VALDERRAMA, Consuelo. El difícil paso de programa a política pública.. *In : Debates Sociales - Asesoría para el Desarrollo*: Santiago. 2007. Disponível em: [http://pt.scribd.com/doc/38081996/EL-DIFICIL-PASO-DE-DE-PROGRAMA-A-POLITICA-PUBLICA]. Acesso em: 26/09/2013

VERA INSTITUTE OF JUSTICE, 1999. Disponível em: [http://www.vera.org/pubs/first-month-out-post-incarceration-experiences-new-york-city]. Acesso em: 08/10/2013

VIAL, Paula; et al. Prefacio. *In: Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile*. 2009

VIANO, Carolina. *Preparando a los reclusos para su regreso a la libertad: la experiencia en el centro de detección preventiva Santiago sur en el centro penitenciário femenino*. *in. Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile*. Santiago. 200, p. 61.

VILLAGRA, Carolina; et al. *Bases teóricas para la construcción del programa Volver a Confiar*. *in. Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile*. 2009.

VILLAGRA, Carolina; et al. *Conclusiones y recomendaciones*. *In. Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile*. 2009.

VILLAGRA, Carolina; et al. *De vuelta a casa: cómo enfrentaron los participantes de volver a confiar los primeros meses em libertad*. *IN Volver a Confiar Caminos para la Integración Post Carcelaria – Centro de Estudios em Seguridad Ciudadana Institutos de Assunto Públicos Universidad de Chile*. 2009.

VILLAGRA, Carolina; et al. El primer mês em libertad: cómo han enfrentado los participantes Del progama ‘Volver a Confiar’, el regreso sus familis y somunidades. *Debates Penitenciarios*, Santiago do Chile, n. 10, p. 3-23, set. 2009.

VILLAGRA, Carolina. Hacia uma política postpenitenciaria em Chile: desafios para la reintegración de quienes salen de la cárcel. *In: Revista Electrónica Debates Penitenciarios*. Santiago do Chile, n. 7, p. 55, set. 2008

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. *Execução Penal Comentada*. 2. ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

ZACKSESKI, Cristina. *Da prevenção penal à “nova prevenção”*. *In. Revista Brasileira de Ciências Criminais – Temas atuais de criminologia*. Ano 8, n.º 29, janeiro/março. São Paulo: RT, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991b.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Função da criminologia nas sociedades democráticas*. Tradução de Augusto Monte Lopes. Fascículos de Ciências Penais. Porto Alegre, SAFE, n.1 1. nov. 1989a, v. 2.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio e OLIVEIRA, Edmundo. *Criminologia e política criminal*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ. 2010.